



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JEFERSON LIMA DE SOUZA

**O SISTEMA INTEGRADO NA CULTURA DO FRANGO DE CORTE NA
AGRICULTURA FAMILIAR EM CORONEL EZEQUIEL, RN:
CARACTERÍSTICAS E RELAÇÕES DE PODER**

CAMPINA GRANDE-PB
2021

JEFERSON LIMA DE SOUZA

**O SISTEMA INTEGRADO NA CULTURA DO FRANGO DE CORTE NA
AGRICULTURA FAMILIAR EM CORONEL EZEQUIEL, RN:
CARACTERÍSTICAS E RELAÇÕES DE PODER**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Roberto de Sousa Miranda

CAMPINA GRANDE-PB
2021

S729s

Souza, Jeferson Lima de.

O sistema integrado na cultura do frango de corte na agricultura familiar em Coronel Ezequiel, RN: características e relações de poder / Jeferson Lima de Souza. – Campina Grande, 2021.

100 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.

"Orientação: Prof. Dr. Roberto de Sousa Miranda".

Referências.

1. Sistema Integrado. 2. Frango de Corte. 3. Agricultura Familiar. 4. Agroindústria. 5. Relações de Poder. I. Miranda, Roberto de Sousa. II. Título.

CDU 338.43.02(043)

JEFERSON LIMA DE SOUZA

**O SISTEMA INTEGRADO NA CULTURA DO FRANGO DE CORTE NA
AGRICULTURA FAMILIAR EM CORONEL EZEQUIEL, RN:
CARACTERÍSTICAS E RELAÇÕES DE PODER**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Data da aprovação: 31 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Roberto de Sousa Miranda (PPGCS/UFCG. Orientador)

Dr^a. Ramonildes Alves Gomes (PPGCS/UFCG. Ex^a. Interna)

Dr. Aldo Manoel Branquinho Nunes (UEPB. Ex^o. Externo)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADEMICA DE CIENCIAS SOCIAIS - CH
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900
Telefone: (83) 2101-1200
Site: <http://ch.ufcg.edu.br> - E-mail: assadm@ch.ufcg.edu.br

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2021

CANDIDATO: **Jeferson Lima de Souza**. COMISSÃO EXAMINADORA: Roberto de Sousa Miranda, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; Ramonildes Alves Gomes, Doutora, PPGCS/UFCG, Examinadora Interna e Aldo Manoel Branquinho Nunes, Doutor, UEPB, Examinador Externo. TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: *"O SISTEMA INTEGRADO NA CULTURA DO FRANGO DE CORTE NA AGRICULTURA FAMILIAR EM CORONEL EZEQUIEL, RN: características e relações de poder"*. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 09h00 – LOCAL: Sala Virtual (Google Meet), em virtude da suspensão de atividades na UFCG decorrente do corona vírus. Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua dissertação, obtendo conceito APROVADO. Face à aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se o examinado legalmente habilitado a receber o Grau de Mestre em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que o mesmo faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 31 de Agosto de 2021.

Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA

Secretário

ROBERTO DE SOUSA MIRANDA, Doutor, PPGCS/UFCG

Presidente da Comissão e Orientador

RAMONILDES ALVES GOMES, Doutora, PPGCS/UFCG

Examinadora Interna

ALDO MANOEL BRANQUINHO NUNES Doutor, UEPB/UEPB

Examinador Externo

JEFERSON LIMA DE SOUZA

Candidato

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato **JEFERSON LIMA DE SOUZA**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da dissertação e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO DE SOUSA MIRANDA, PROFESSOR**, em 31/08/2021, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Lima de Souza, Usuário Externo**, em 31/08/2021, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAMONILDES ALVES GOMES, PROFESSOR**, em 31/08/2021, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALDO MANOEL BRANQUINHO NUNES, Usuário Externo**, em 31/08/2021, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETÁRIO (A)**, em 31/08/2021, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **1739422** e o código CRC **B5BD222F**.

Ao meu pai Genaldo, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer às duas mulheres da minha vida, minha mãe Arlete e minha esposa Fatima. Sem elas, eu não teria conseguido superar todas as adversidades da vida. Sem dúvidas, meu agradecimento eterno ao meu orientador Prof. Dr. Roberto de Sousa Miranda, que, com muito profissionalismo, paciência e dedicação, trilhou esse caminho ao meu lado, sempre disponível a responder minhas dúvidas.

Aqui vai um agradecimento especial aos meus colegas da turma de 2019, do mestrado e doutorado do PPGCS-UFCG Ari, Fernando, Gessyelle, Taiza, Clessiana, Miscilane, Paulo, Marcus Whinter, Kamila, Ericleuson, Kevin, Gilvan, Simony, Romualdo e Susana. Com o coração cheio de gratidão, quero agradecer aos meus eternos professores da graduação e da pós-graduação: Ramonildes Gomes, Maria de Assunção, Lemuel Guerra, Vanderlan Silva, Roseli Corteletti, Jesus Izquierdo, Mércia, Gabriel, Aldo Manuel Branquinho e demais.

Um agradecimento especial à minha amiga Kerilin Chang, que sempre acreditou em mim e, a cada desafio imposto, ela esteve e está sempre ao meu lado, de forma incondicional, para me ajudar. Aqui vai meu agradecimento aos profissionais da saúde que ajudaram ao progressivo restabelecimento de minha saúde mental Dr. Iran Pessoa, e às psicólogas Edna e Laís. Ao pastor Marcos, o padre Moisés e o ancião Deleon, das Testemunhas de Jeová, que tanto me ajudaram ao retorno das minhas capacidades mentais.

Minha pesquisa de campo só foi possível a partir da colaboração destas queridas pessoas, os agricultores familiares da Serra de Santa Quitéria, que me acolheram num momento de tanta dificuldade e receio causado pela pandemia. Ao Fabiano, fiel escudeiro e guia pelos sítios e encontros com as famílias da zona rural e urbana de Coronel Ezequiel, RN. Ao Severiano, funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Coronel Ezequiel/RN, que tão bem me recebeu, prestando todas as informações necessárias à pesquisa. À Dona Francisca e ao Senhor Geraldo, que me acolheram em sua residência por 14 dias e tanto me ensinaram sobre o dia a dia do árduo trabalho no campo.

Aos meus amigos da Paraíba e São Paulo que tanto torceram por mim nesta trajetória, Aleksandro Fabrício, Diego, Luís Soares, Mirela, Edvânio, Laís, Euricles, Ericlys, Hugo, Hidalgo, Amanda Queiroz, Paula Sobral, Matheus Sobral, Ricardo Ceragioli, Gelsina Cândido, Jandir Barbosa, Adelson, Marcelo Bezerra, Roberto Alves, Lindomarques Silva, Carlos Thotta, Walter Júnior, Toinho Oliveira, Vandenberg, Beneilto Silva, Nádia, Rafael Paulo, Sr. Tota, André, Ceíça, Jael, Jânio, Edilza, Genilda, Cecília, Rinaldo, David Miranda, entre outros.

Um agradecimento meritório à CAPES, por possibilitar minha permanência durante todo o mestrado com o recebimento da bolsa. E, por fim, quero agradecer a todos os professores do PPGCS-UFCG na pessoa de seu coordenador, o Prof. Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha.

RESUMO

A presente dissertação tem por finalidade estudar o sistema integrado na cultura do frango de corte na agricultura familiar, em Coronel Ezequiel (RN), na Serra de Santa Quitéria. Esse povoado foi escolhido por ter apresentado, entre 2011 e 2018, significativas mudanças no processo produtivo familiar surgidas a partir da adoção desse sistema. O objetivo da dissertação é compreender as “características” e “relações de poder” decorrentes da implantação dessa estratégia produtiva, nessa localidade. Para tal, é realizada uma discussão conceitual acerca da categoria de análise “agricultura familiar” inserida no sistema agroindustrial. Esta dissertação se propõe a identificar tanto as relações verticalizadas de poder e dependência econômica surgidas a partir do estabelecimento da “parceria integrada”, quanto as estratégias de reprodução social utilizadas por essas famílias. A dissertação traz à tona o debate sobre agricultura familiar inserida no complexo agroindustrial da cadeia produtiva da avicultura de corte. Tendo como hipótese norteadora central desse trabalho a seguinte questão: a busca por estabilidade econômica, proporcionada por uma renda fixa, foi o principal elemento responsável pela adoção do sistema integrado por parte dos agricultores familiares? Para tal, a metodologia utilizada neste trabalho consistiu na observação participante, com a utilização de entrevistas semiestruturadas apoiadas por um roteiro de questões “abertas e fechadas”, a adoção de um diário de campo e registros fotográficos; tendo, como objeto deste trabalho, os agricultores familiares, e, como lócus da pesquisa, o povoado da Serra de Santa Quitéria. Os resultados encontrados por este trabalho sugerem que: (1) as agroindústrias instaladas na Serra de Santa Quitéria possuem pouca capacidade financeira para a manutenção e expansão de sua produção, característica essa evidenciada pelas sucessivas falências das empresas integradoras anteriores à Bonaves; (2) que a produção de frangos de corte surge como um aporte importante na formação da renda dessas famílias, todavia os agricultores familiares, compreendidos como categoria de ação social e política, possuem suas próprias lógicas de ação e interesses, e irão acionar outras estratégias de sobrevivência e reprodução social, não deixando, dessa maneira, de produzirem suas lavouras temporárias de feijão, milho, mandioca e maracujá, assim como a criação de suínos, caprinos e outros galináceos; (3) a intensificação da seca na Microrregião da Borborema Potiguar, em especial em Coronel Ezequiel, impactou tanto a produção das lavouras temporárias de maracujá, feijão e fava, por parte dos agricultores, quanto o aumento do preço da água e do farelo de milho, elevando os custos da produção de frango; (4) os impactos causados pela pandemia do novo coronavírus (covid-19), associados ao aumento do preço do farelo de milho, afetaram diretamente a renda da agroindústria Bonaves (e por consequência dos produtores) com contínuas paralisações da produção de frangos de corte e a incerteza quanto a produções futuras por parte dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Sistema Integrado. Frango de Corte. Agricultura Familiar. Agroindústria. Relações de Poder.

ABSTRACT

This dissertation aims to study the integrated system in the culture of broiler chicken in family farming, in Coronel Ezequiel (RN), in Serra de Santa Quitéria. This village was chosen for having presented, between 2011 and 2018, significant changes in the family production process arising from the adoption of this system. The objective of the dissertation is to understand the “characteristics” and “power relations” arising from the implementation of this productive strategy in this location. To this end, a conceptual discussion about the category of analysis “family farming” inserted in the agro-industrial system is carried out. This dissertation aims to identify both the vertical relations of power and economic dependence arising from the establishment of an “integrated partnership” and the social reproduction strategies used by these families. The dissertation brings up the debate on family farming inserted in the agro-industrial complex of the beef poultry production chain. Having the following question as the central guiding hypothesis of this work: was the search for economic stability, provided by a fixed income, the main element responsible for the adoption of the integrated system by family farmers? To this end, the methodology used in this work consisted of participant observation, with the use of semi-structured interviews guided by a script of “open and closed” questions, the adoption of a field diary and photographic records. Having as object of this work the family farmers, and the locus of the research the village of Serra de Santa Quitéria. The results found in this work demonstrate that: (1) the agro-industries located in Serra de Santa Quitéria have little financial capacity to maintain and expand their production, a characteristic that is evidenced by the successive failures of integrating companies prior to Bonaves; (2) that the production of broilers appears as an important contribution to the formation of the income of these families, however family farmers, understood as a category of social and political action, have their own logic of action and interests, and will trigger other strategies of survival and social reproduction, thus not failing to produce their temporary crops of beans, corn, cassava and passion fruit, as well as the creation of pigs, goats and other chickens; (3) the intensification of drought in the Microregion of Borborema Potiguar, especially in Coronel Ezequiel, impacted both the production of temporary crops of passion fruit, beans and broad beans, by farmers, as the increase in the price of water and corn bran, raising chicken production costs; (4) the impacts caused by the pandemic of the new coronavirus (covid-19), associated with the increase in the price of corn bran, directly affected the income of the Bonaves agro-industry (and as a consequence of the producers) with continuous stoppages in the production of broilers and uncertainty about future production by family farmers.

KEYWORDS: Integrated System. Broiler Chicken. Family Farming. Agribusiness. Power Relations.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Aviário integrado à Bonaves na Serra de Santa Quitéria..... | 42 |
| Figura 2: Estado do Rio Grande do Norte | 48 |
| Figura 3: Serra de Santa Quitéria | 51 |
| Figura 4: Dona Francisca e seu filho Felipe com a criação de cabras..... | 52 |
| Figura 5: Indo buscar a balança..... | 53 |
| Figura 6: Agricultor familiar Clovis Araújo rebocando uma casa | 57 |
| Figura 7: Filhos de Geraldo com a camiseta da granja Martins | 58 |
| Figura 8: Caminhão da empresa Frangos Potiguar..... | 59 |
| Figura 9: Lava jato de Marquinhos..... | 60 |
| Figura 10: Abatedouro Bonaves | 61 |
| Figura 11: Granjas com as aves..... | 62 |
| Figura 12: Geraldo tangendo os frangos, com seu irmão Ciço a esquerda | 65 |
| Figura 13: Triturando a cama de frango | 66 |
| Figura 14: Pesagem da cama de frango | 66 |
| Figura 15: Pesagem dos frangos..... | 68 |
| Figura 16: Acomodação dos frangos | 68 |
| Figura 17: Varrição e lavagem das granjas | 70 |
| Figura 18: Abastecimento de água para as granjas..... | 71 |
| Figura 19: Cama de frango nova | 72 |

LISTA DE SIGLAS

AVIPE – Associação de Avicultura de Pernambuco
AVISUD – Associação dos Avicultores do Sudoeste do Paraná
BNB – Banco do Nordeste
BRF – Brasil Foods
CADEC – Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração
CAI – Complexo Agroindustrial
CCC – Cadeias Curtas de Comercialização
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
DAP- Declaração de Aptidão ao Pronaf
ETENE – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GT – Grupo de trabalho
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UFPA – Unidades Familiares de Produção Agrária

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 16 |
| CAPÍTULO I | |
| AGRICULTURA FAMILIAR: UMA REVISÃO CONCEITUAL ACERCA DESSA CATEGORIA DE ANÁLISE..... | 22 |
| 1.1 O protagonismo dos “movimentos sociais” | 26 |
| 1.2 Os mercados institucionais | 27 |
| 1.3 As Cadeias Curtas de Comercialização (CCC)..... | 28 |
| 1.4 A institucionalização das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil... | 29 |
| 1.5 PNATER e PRONATER | 32 |
| 1.6 O complexo agroindustrial aplicado na agricultura familiar | 33 |
| CAPÍTULO II | |
| O MARCO REGULATÓRIO DO SISTEMA INTEGRADO | 35 |
| 2.1 Avicultura integrada no Brasil | 37 |
| 2.2 A trajetória da avicultura brasileira | 39 |
| 2.2.1 <i>Endividamento familiar na integração vertical do Sudoeste Paranaense</i> | 40 |
| 2.2.2 <i>Aparentes contradições entre as agroindústrias sulistas versus de Coronel Ezequiel</i> | 41 |
| 2.3 Avicultura de corte no Sul: o caso da BRF a “gigante integradora sulista” | 43 |
| 2.3.1 <i>Produtores integrados à BRF</i> | 43 |
| 2.3.2 <i>Criação das Aves</i> | 44 |
| 2.3.3 <i>Taxa de ociosidade</i> | 45 |
| 2.3.4 <i>Questão ambiental</i> | 45 |
| 2.3.5 <i>Gestão dos recursos hídricos</i> | 45 |
| 2.4 Avicultura de corte no Nordeste | 45 |
| 2.5 Avicultura de corte no Rio Grande do Norte | 48 |
| CAPÍTULO III | |
| CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL-RN | 50 |
| 3.1 Chegando na Serra de Santa Quitéria | 50 |
| 3.2 Caracterização das famílias estudadas | 53 |
| 3.2.1 <i>Famílias integradas, não integradas e desintegradas</i> | 54 |
| 3.2.2 <i>Agricultores familiares não integrados</i> | 54 |
| 3.2.3 <i>Agricultores integrados</i> | 55 |
| 3.2.4 <i>Agricultores desintegrados</i> | 56 |

| | |
|---|----|
| 3.3 O início da produção integrada na localidade..... | 58 |
| 3.4 Estratégias financeiras para a viabilização dos aviários | 62 |
| 3.5 Características do sistema integrado na Serra de Santa Quitéria..... | 64 |
| 3.5.1 <i>Conhecendo algumas fases do processo produtivo integrado</i> | 65 |
| 3.5.1.1 Venda da cama de frango | 65 |
| 3.5.1.2 Retirada dos frangos | 67 |
| 3.5.1.3 Higienização das granjas | 70 |
| 3.5.1.4 Compra dos insumos básicos..... | 71 |
| 3.6 Relações de poder e subordinação | 72 |
| 3.6.1 <i>O árduo trabalho no dia a dia de uma granja</i> | 74 |
| 3.6.2 <i>O grau de satisfação dos agricultores</i> | 76 |
| 3.6.3 <i>Estratégias de reprodução social das famílias</i> | 76 |
| 3.6.4 <i>Lógicas próprias de organização da produção e do trabalho</i> | 77 |
| 3.6.5 <i>Quanto à mão de obra utilizada pelos agricultores integrados</i> | 78 |
| 3.7 Água para beber, plantar e produzir frangos de corte..... | 78 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 80 |
| REFERÊNCIAS | 82 |
| APÊNDICES | 87 |

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar o sistema integrado na agricultura familiar se deu a partir de nosso primeiro contato com o campo de pesquisa no ano de dezembro de 2011, na Serra de Santa Quitéria. Nesse ano, a cajucultura, importante aporte na formação da renda das famílias de produtores rurais, encontrava-se em seu último pico produtivo, seguido de sucessivos decréscimos, constatados nos anos seguintes através das progressivas reduções das safras de caju (IBGE, 2019) e das torras das castanhas, e por um novo fenômeno que se avizinhava a partir do ano de 2012, a saber, a chegada das *grandes lonas amarelas*, que rasgavam a paisagem árida do povoado de Serra de Santa Quitéria, em Coronel Ezequiel, no Rio Grande do Norte, com a construção das primeiras granjas de frango de corte, a partir do sistema integrado.

A partir desse fenômeno percebemos que estudar a implantação do sistema integrado aplicado à cultura do frango de corte na agricultura familiar seria de extrema importância, por permitir o reconhecimento tanto das características, como das relações de poder envolvidas na relação entre agroindústria integradora e agricultor familiar integrado, estabelecidas a partir da adoção dessa nova estratégia produtiva na localidade, assim como o surgimento de significativas mudanças na organização do trabalho, produção e formação da renda dessas famílias. E, por fim, conhecer os obstáculos e as estratégias adotadas pelos agricultores familiares relacionadas ao acesso à água na localidade (fundamental tanto para o consumo dessas famílias, quanto ao processo produtivo do frango de corte).

O tema possui uma significativa relevância sociológica por possibilitar a análise, em campo, de práticas “cristalizadas”, relacionadas ao modo de produção capitalista (como a imposição de metas de resultados). Porém o caráter “desafiador” deste trabalho está na possibilidade de revelarmos, na pesquisa empírica, as “características” e “relações de poder” surgidas a partir da implantação dessa estratégia produtiva, nessa localidade, analisando desde a existência de regimentos contratuais e de que maneira eles se concretizam na prática diária; se os prejuízos são compartilhados pela agroindústria integradora ou repassados integralmente aos agricultores; e qual o grau de satisfação desses agricultores familiares na parceria estabelecida.

Portanto, ao ser implantado na zona rural de Coronel Ezequiel (RN), no povoado de Serra de Santa Quitéria, o sistema de produção integrada está produzindo impactos e contradições socioeconômicas na relação homem/terra que necessitam ser estudados e contextualizados sob a ótica das Ciências Sociais. Ali se estabeleceu uma complexa cadeia

produtiva que conecta a unidade rural familiar integrada à empresa integradora, junto a um crescente processo de expansão do comércio de frigoríficos para a venda de frangos abatidos, em torno das cidades circunvizinhas (a partir do aumento do consumo da carne de frango), promovendo o crescimento dos lucros da empresa capitalista em virtude da apropriação da produção proveniente do trabalho familiar e da exploração de sua propriedade rural.

Dessa forma, nesta dissertação, temos como proposta identificar não só as características e as relações “verticalizadas de poder” impostas pela parceria integrada, específicas dessa localidade, e a dependência econômica que passou a ser estabelecida entre empresa integradora e agricultor familiar integrado, como também as estratégias de reprodução social utilizadas por essas famílias. Desse modo, este trabalho contribui para “a formulação futura de políticas públicas” voltadas à produção e reprodução social dos agricultores familiares integrados ao setor agroindustrial. Neste estudo, trazemos à tona o debate sobre agricultura familiar inserida no complexo agroindustrial da cadeia produtiva da avicultura de corte, tendo como hipótese norteadora central a seguinte questão: a busca por estabilidade econômica, proporcionada por uma renda fixa, foi o principal elemento responsável pela adoção do sistema integrado por parte das famílias de agricultores familiares?

Daí em diante, partimos do objetivo geral desta dissertação, centrado na compreensão das características e relações de poder decorrentes da implantação do sistema integrado na criação de frangos de corte, aplicado na economia da agricultura familiar da zona rural de Coronel Ezequiel (RN), na Serra de Santa Quitéria, para destrinchar os objetivos específicos, que são: (1) conhecer as estratégias financeiras utilizadas pelos agricultores familiares que permitiram a adoção do sistema integrado nessa localidade; (2) apresentar as características do sistema integrado nessa localidade, em contraposição ao “modelo clássico” sulista; (3) identificar o grau de satisfação dos agricultores familiares com a parceria estabelecida; e (4) conhecer os custos, obstáculos e estratégias relacionadas ao acesso à água.

Esta pesquisa é qualitativa de caráter descritivo. Antes de mais nada, vale salientar que a metodologia escolhida, a priori, confronta-se com a realidade da pesquisa empírica propriamente dita. Na fase que antecedeu a coleta de dados, optamos por realizar em campo uma pesquisa cuja base era a observação participante, a realização de entrevistas semiestruturadas apoiadas por um roteiro de questões abertas e fechadas, o uso de um gravador de voz, bloco de notas e máquina fotográfica. Todavia, quando de fato inserido no campo de pesquisa, percebemos que havia a necessidade de alterarmos algumas técnicas em detrimento de outras. As gravações por voz demonstraram-se inexequíveis dentro do contexto no qual estávamos inseridos, causando constrangimentos desnecessários aos entrevistados.

Resolvemos, dessa maneira, substituí-las por anotações no bloco de notas e a adoção concomitante de um diário de campo.

O público-alvo desta pesquisa foram os agricultores familiares, todavia, para melhor aferição dos objetivos propostos, esse público foi dividido em três subgrupos, a saber:

1. Agricultores familiares não integrados;
2. Agricultores familiares integrados;
3. Agricultores familiares desintegrados.

Quadro: Divisão das famílias pesquisadas

| Agricultores Familiares | Número De Famílias Entrevistadas | Questões Aplicadas |
|---|----------------------------------|--------------------|
| Subgrupo 1: Agricultores familiares não integrados | 13 | 13 |
| Subgrupo 2: Agricultores familiares integrados | 3 | 23 |
| Subgrupo 3: Agricultores familiares desintegrados | 4 | 21 |

Fonte: Arquivo próprio.

As entrevistas realizadas com os três subgrupos foram apoiadas por um roteiro de 13 questões gerais contendo perguntas abertas e fechadas, cujo objetivo foi caracterizar tanto o perfil dos agricultores familiares na Serra de Santa Quitéria, quanto de sua propriedade e produção agrícola, através de questões que compreenderam o perfil socioeconômico das famílias, o acesso a programas sociais, à posse da terra, acesso à água, mão de obra utilizada, entre outras. Vale destacar que o roteiro de questões gerais já compreendia o universo amostral do subgrupo (1) composto por “agricultores familiares não integrados”, portanto, não sendo necessário a utilização de um roteiro complementar.

Para o subgrupo (2) composto por agricultores familiares integrados, foram aplicadas, além do roteiro de questões gerais, mais 10 perguntas do roteiro de questões específicas a esse subgrupo. As perguntas compreenderam o processo produtivo de frango de corte, as estratégias financeiras utilizadas para a viabilização das granjas, o grau de satisfação dos agricultores, características do sistema integrado nessa localidade, etc.

E, por fim, para o subgrupo (3), que compreendeu os agricultores familiares que, em algum momento, foram integrados às agroindústrias que atuaram e/ou atuam na localidade, mas que, por qualquer razão, encerraram o contrato de parceria integrada, foi aplicado o roteiro de questões gerais, acompanhadas por 8 questões abertas do roteiro de questões específicas. As

questões compreenderam as razões do início e encerramento da parceria integrada, as estratégias financeiras utilizadas, o tempo de parceria estabelecido, vantagens e desvantagens aferidas, as principais atividades econômicas desenvolvidas antes e depois da parceria, etc.

Dentro desses três perfis de agricultores familiares, a escolha das 20 famílias entrevistadas num universo total de 82 famílias existentes na localidade se deu a partir de um fator preponderante: a disponibilidade deles em conceder as entrevistas a partir de um contexto pandêmico que já se avizinhava na localidade. Sendo essa a maior dificuldade encontrada por nós para desenvolver esse trabalho.

Além das 20 famílias entrevistadas nesta pesquisa, procuramos estabelecer contato com instituições que, por estarem intrinsecamente relacionadas com as atividades dos agricultores familiares e/ou integrados, poderiam fornecer importantes informações para os objetivos aos quais nos propomos neste trabalho, são elas: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Coronel Ezequiel/RN; a Secretaria Municipal de Agricultura de Coronel Ezequiel e a EMATER do município.

Todavia, salientamos que apenas no Sindicato referido tivemos êxito na coleta de dados, principalmente naquilo que concerne a alguns dos objetivos específicos desta pesquisa, através de uma entrevista semiestruturada com o responsável pelos cadastramentos das famílias. Infelizmente, na Secretaria de Agricultura do município encontramos muita dificuldade para obter as informações desejadas, tanto pela ausência do secretário da pasta (por razões de afastamento por doença), quanto pela inexistência de dados consolidados que poderiam ser analisados com a devida minúcia, mesmo após nossa insistência em torno desses dados.

Na EMATER do município, também não tivemos sucesso na obtenção de informações, pela ausência de funcionários no local e de seu responsável direto. Procuramos, através do único funcionário que lá se encontrava, ter acesso a informações básicas sobre linhas de crédito, cursos e demais políticas de apoio à agricultura, mas não tivemos êxito.

Além das instituições citadas, pudemos, com esta pesquisa, ter acesso a equipamentos socialmente compartilhados pela população, realizando o registro fotográfico, coletando informações e compartilhando vivências. Entre eles estão: a casa de farinha de Serra de Santa Quitéria; a única bodega da localidade; a cisterna pública; as duas igrejas locais (uma católica e outra neopentecostal); a torração e quebra de castanha pelas famílias locais, entre outros. Essa pesquisa se deu num período de 14 dias, iniciado no dia 03 de junho de 2021, com seu término no dia 17 de junho do ano corrente.

Os resultados obtidos sugerem que: 1) as agroindústrias instaladas na Serra de Santa Quitéria possuem pouca capacidade financeira para a manutenção e expansão da produção,

característica essa evidenciada pelas sucessivas falências das empresas precedentes à integradora Bonaves; 2) a produção de frangos de corte surge como um aporte significativo na formação da renda, todavia, na Serra de Santa Quitéria, os estabelecimentos agrícolas de base familiar se caracterizam por agricultores familiares “descapitalizados” ou “pouco capitalizados”, cuja produção para o próprio consumo e/ou a venda do excedente se baseia no cultivo de lavouras temporárias de feijão, milho, mandioca e maracujá, assim como pela criação de suínos e outros galináceos; (3) a intensificação da seca na Microrregião da Borborema Potiguar, em especial em Coronel Ezequiel, impactou tanto a produção das lavouras temporárias de maracujá, feijão e fava, por parte dos agricultores, quanto o aumento do preço da água e do farelo de milho, elevando os custos da produção de frango; (4) os impactos causados pela pandemia no novo coronavírus (covid-19), associados ao aumento do preço do farelo de milho, afetaram diretamente a renda da agroindústria Bonaves (e por consequência dos produtores) com contínuas paralisações da produção de frangos de corte e a incerteza quanto a produções futuras por parte dos agricultores familiares.

O texto desta dissertação está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresentamos uma revisão do debate conceitual acerca da categoria de análise agricultura familiar seguido pela importância do 1.1 “O protagonismo dos Movimentos Sociais”; a criação dos 1.2 “Mercados Institucionais”; 1.3 “As Cadeias Curtas de Comercialização (CCC)”; 1.4 “A institucionalização das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil”; 1.5 “PNATER e PRONATER”; assim como uma breve discussão a respeito do 1.6 “Complexo agroindustrial aplicado na agricultura familiar”. No segundo capítulo, iniciamos com a realização de uma análise de conteúdo da Lei n. 13.288/2016, que estabelece “O marco regulatório do sistema integrado brasileiro”; passando pela 2.1 “Avicultura integrada no Brasil”; seguida pela 2.2 “A trajetória da avicultura brasileira” um discurso exitoso, que, ao mesmo tempo, camufla e silencia as desigualdades existentes, trazendo à tona o exemplo do 2.2.1 “Endividamento familiar na integração do Sudoeste Paranaense”, e 2.2.2 “As aparentes contradições entre as agroindústrias sulistas versus de Coronel Ezequiel”. Posteriormente, realizamos uma detalhada descrição do processo produtivo de frango de corte do que se convencionou denominar por esse trabalho de “modelo clássico sulista”, a partir do estudo da 2.3 “Avicultura de corte no Sul: o caso da BRF, a gigante integradora sulista”, 2.3.1 “Produtores integrados à BRF”, 2.3.2 “Criação de aves”, 2.3.3 “Taxa de ociosidade”, 2.3.4 “Questão ambiental”, 2.3.5 “Gestão de recursos hídricos”; seguido por 2.4 “Avicultura de corte no Nordeste”; e, por fim, 2.5 “Avicultura de corte no Rio Grande do Norte”. No terceiro e último capítulo, iniciamos com uma breve “Caracterização do município de Coronel Ezequiel-RN”;

seguido por 3.1 “Chegando na Serra de Santa Quitéria”; 3.2 “Caracterização das famílias estudadas”, 3.2.1 “Famílias integradas, não integradas e desintegradas”, 3.2.2 “Agricultores familiares não integrados”, 3.2.3 “Agricultores integrados”, 3.2.4 “Agricultores desintegrados”; uma detalhada descrição do 3.3 “O início da produção integrada na localidade”; 3.4 “Estratégias financeiras para a viabilização dos aviários”; 3.5 “Características do sistema integrado na Serra de Santa Quitéria”, com a descrição do 3.5.1 “Conhecendo algumas fases do processo produtivo integrado”, 3.5.1.1 “Venda da cama de frango”, 3.5.1.2 “Retirada dos frangos” 3.5.1.3 “Higienização das granjas”, 3.5.1.4 “Compra dos insumos básicos”; 3.6 “Relações de poder e subordinação”, 3.6.1 “O árduo trabalho no dia a dia de uma granja”, 3.6.2 “O grau de satisfação dos agricultores”, 3.6.3 “Estratégias de reprodução social das famílias”, 3.6.4 “Lógicas próprias de organização da produção e do trabalho” e 3.6.5 “Quanto à mão de obra utilizada pelos agricultores”. E por fim, realizamos um levantamento detalhado sobre a questão da água na localidade 3.7 “Água para beber, plantar e produzir frangos”, finalizando com as “Considerações gerais”.

CAPÍTULO I

AGRICULTURA FAMILIAR: UMA REVISÃO CONCEITUAL ACERCA DESSA CATEGORIA DE ANÁLISE

Primeiramente, salientamos que não pretendemos, aqui, esgotar o amplo debate travado no Brasil acerca do conceito de “agricultura familiar”, e, sim, trazer à tona essa discussão a partir das perspectivas conceituais de alguns desses autores que tanto trouxeram contribuições relevantes à essa temática, seja a partir da “aceitação” ou “negação” de tal conceito, diante da ampla diversidade das categorias sociais que habitam o ambiente compreendido por rural.

O debate acerca da agricultura familiar no Brasil alcançou significativa relevância no período compreendido entre o final da década de 1980, e a primeira metade da década de 1990, quando a expressão “agricultura familiar” passou a ser aceita e adotada, tanto no contexto do campo acadêmico, quanto na elaboração de políticas públicas voltadas a esse segmento, contemplando, a partir das lutas empreendidas por povos tradicionais tão heterogêneos (camponeses, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais, etc.) que viram, no processo de reconhecimento, pelo Estado, desses “agricultores familiares”, a possibilidade de acesso a tais políticas públicas, tão necessárias à manutenção de suas atividades produtivas, assim como no fortalecimento da construção identitária dos povos rurais, ações estatais que, sobretudo, tivessem a capacidade de reconhecer as especificidades desses povos a partir da vasta pluralidade presente no campo.

Se, atualmente, a agricultura familiar pode ser reconhecida em uma de suas interpretações como uma “categoria social” e de “ação política”, como assegura a perspectiva de Neves (2002), durante muito tempo ela foi renegada a segundo plano, quando não, fadada ao desaparecimento total, seja pela proletarianização dos trabalhadores rurais, seja pela expansão do processo de modernização capitalista, que culminaria na transformação dessas atividades rurais em empresas agropecuárias (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2007). Portanto, é necessário travarmos contato com esse debate que ora compreende o agricultor rural a partir da definição de camponês, pequeno produtor ou agricultor familiar, sempre a partir de uma questão maior, a saber: que destino reserva essas famílias rurais diante do “inevitável” avanço do processo de produção capitalista?

Renegada como política pública de Estado até 1995 (ano de criação do PRONAF), a agricultura familiar sempre esteve à margem das ações governamentais que priorizavam um modelo de modernização voltado à agricultura patronal, enquanto segregava grande parte das populações rurais à marginalização social nos centros urbanos (GRISA, 2018; TONNEAU; TEIXEIRA, 2002). Contudo, Bonza, Torres e Zanella (2018), afirmam que os agricultores

familiares, diante desse “espaço marginal” que ocupam, em “detrimento da agricultura patronal”, irão acionar uma série de estratégias de reprodução social a partir da diversidade interna que caracteriza a ampla categoria social, política e analítica que os constituem.

É curioso notarmos que essa dualidade mencionada, quando alçada aos órgãos institucionais da instância federal que representam tais segmentos, expõe seu aspecto mais contraditório, evidenciado por Sabourin (2007), ao adjetivar como “pequeno” o Ministério do Desenvolvimento Agrário responsável pelas políticas públicas voltadas à agricultura familiar (num universo que compreende aproximadamente 4,2 milhões de estabelecimentos e 70% da população ativa agrícola), em contraposição ao “potente” Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação voltado à agricultura empresarial (correspondente a 550.000 estabelecimentos, ou seja, 12% do total para 70% das terras agrícolas).

Não obstante o dualismo apresentado (agricultura familiar versus patronal), o debate acerca da agricultura familiar no Brasil muitas vezes concentra-se numa mera relação dicotômica e/ou submissa, ao sobrepor a existência da agricultura de caráter familiar aos interesses da cidade, negligenciando-se, para tanto, o fato de que os agricultores familiares, como categoria social, possuem suas próprias lógicas, estratégias, tradições, etc. Sendo assim, como aponta Schneider (2009), deve-se ter a clareza de que a questão agrária no Brasil quanto à dicotomia entre campo-cidade não se resume a diferenças de classes, tampouco, de problemas de política econômica, alçando, para tal, outras dimensões, como: tradição, patrimônio cultural, paisagens, natureza, etc. Enfatizando as mudanças na “forma de ser” do rural, o autor evocará o conceito de “pluriatividade” como umas das características da agricultura familiar” contemporânea, caracterizada pelo exercício de atividades “não-agrícolas”, dentro ou fora das propriedades rurais, como estratégia de reprodução social utilizada pelos agricultores familiares. Por fim, em relação à emergência da expressão “agricultura familiar”, o autor afirma que ela se deu a partir de duas esferas distintas de um mesmo momento (durante a década de 1990): “por um lado, da pressão do sindicalismo rural pela inserção dos pequenos produtores rurais no processo de integração comercial e econômica dos países que formavam o Mercosul, e por outro lado, dos trabalhos acadêmicos que buscavam novas referências teóricas e analíticas” (SCHNEIDER, 2009, p. 30).

Segundo Mota e Schmitz (2006), atualmente podemos distinguir até cinco denominações específicas acerca do termo agricultura familiar, isto é, para a agricultura de característica não patronal (ou não empresarial): campesinato, pequena produção, agricultura familiar, produção familiar rural e produção familiar coletiva. De acordo com os autores, os três primeiros conceitos (campesinato, pequena produção e agricultura familiar) surgiram de

forma cronológica e em função de diferentes modelos de desenvolvimentos, sendo discutidos pelos mesmos a partir de dois ângulos diferentes: o político (no momento de sua emergência) e o social (a partir de sua atualidade na discussão da categoria em questão).

Como o objeto de estudo da dissertação aqui proposta é a agricultura familiar do município potiguar de Coronel Ezequiel, no intuito de encontrar caracteres específicos que corroborem a utilização dessa expressão, sempre no sentido de uma precisão conceitual, temos em Ricardo Abramovay (2010), a partir de entrevista concedida ao (GIPAF – Grupo de Interesse de Pesquisa em Agricultura Familiar e Meio Ambiente), a definição de agricultura familiar por aquela onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que “mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento”, ressaltando, para tanto, dois aspectos importantes dessa definição, isto é, evitar a associação direta entre o caráter familiar da unidade produtiva ao seu desempenho (agricultura familiar como sinônimo de pequena produção; produção de subsistência), e acentuar a transferência hereditária e/ou sucessão profissional da atividade familiar desenvolvida (ABRAMOVAY, 2010).

Como vimos, a década de 1990 representou a emergência de um novo olhar sobre a pluralidade dos pequenos produtores rurais, a partir da pressão dos movimentos político-sociais que reivindicavam o reconhecimento dessas populações do campo como categoria social e política, através de políticas públicas específicas, movimentos esses que acabaram por favorecer uma abundante produção acadêmica, a partir de pesquisas que reorientariam a compreensão sobre a discussão acerca da agricultura familiar no Brasil. Segundo Niederle, Fialho e Conterato (2014), destacam-se, dentre esses estudos, a pesquisa comparativa internacional, coordenada por Hugues Lamarche (1993); a abordagem do desenvolvimento agrícola, a partir de uma perspectiva histórica de José Eli da Veiga (1991); a tese de Ricardo Abramovay (1993), que parte da agricultura familiar como base do capitalismo agrário moderno nos países desenvolvidos; e o estudo FAO-Incra (1994), intitulado Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável, coordenado por Carlos Guazirolli. Contudo, os autores pontuam que também devemos reconhecer a contribuição da longa tradição dos estudos rurais que antecedeu e favoreceu a análise discursiva contemporânea sobre a agricultura familiar brasileira.

Esse ambiente extremamente favorecido pelos amplos debates e pesquisas acadêmicas sobre os estudos rurais, concomitante à pressão dos movimentos sociais organizados, visando a implementação de políticas públicas do Estado voltadas a esse segmento, acabou por consagrar não apenas o lugar e a importância da “agricultura familiar” no processo de ampliação da produção de alimentos no campo e na absorção da mão de obra local, como também na

percepção de que o mundo rural, antes fadado ao desaparecimento inevitável, se reinventa a partir de novos atores e novas ruralidades, apresentando-se constantemente como um grande desafio interpretativo diante de sua vasta pluralidade. Por essa perspectiva, os agricultores familiares precisam ser entendidos pelas políticas públicas não apenas como “objetos de produção”, mas a partir de seus modos de pensar, viver, e interpretar o mundo que os cercam, como sujeitos atuantes no processo de planejamento e definição das prioridades necessárias ao seu desenvolvimento (CAPPELLE *et al.*, 2016).

De acordo com Buainain, Guanzioli e Romeiro (2003), as políticas públicas voltadas ao fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil devem, em linhas gerais, refletir um conjunto amplo de condicionantes, que vão desde os valores culturais da família e do grupo social à localização geográfica e à inserção socioeconômica, porém, de forma “simplificada”, podemos elencar quatro desses principais condicionantes: os incentivos que os produtores têm para investir e produzir, a disponibilidade de recursos (particularmente terras, água, mão-de-obra, capital e tecnologia) que determinam o potencial de produção, o acesso aos mercados, insumos, informações e serviços que influem de forma decisiva na capacidade efetiva de produção, e, finalmente, as instituições que influenciam as decisões dos agentes e inclusive sua capacidade, possibilidade e disposição para produzir.

Nesse sentido, Grisa e Schneider (2014), apresentam a trajetória de “três gerações” ou referenciais das políticas públicas voltadas ao segmento da agricultura familiar no Brasil, compreendendo-as, respectivamente, como: o fortalecimento do viés agrícola e agrário da categoria social; as políticas sociais e assistenciais; e, por fim, a construção de mercados orientados pela segurança alimentar e pela sustentabilidade ambiental.

Todavia, se na definição de tais políticas públicas a emergência das novas ruralidades demonstrou que o conceito de agricultura familiar talvez seja insuficiente para contemplar a pluralidade existente no rural, tampouco outras concepções tiveram sucesso nesse sentido, como evidenciado pela noção de “campesinato”, por apresentar, segundo Niederle, Fialho e Conterato (2014, p. S018), “inadequações entre o modo camponês de fazer agricultura e as expressões socioculturais de uma campesinidade”. Os autores também questionam semelhante impasse teórico-conceitual acerca da expressão “pequena produção”, ao notarem ser necessário uma melhor adequação conceitual dessa definição, por ela tomar a diversidade como expressão pura e simples de aspectos estritamente quantitativos (tamanho da área ou renda) relacionados ao estabelecimento rural.

Sobre esse mesmo aspecto, Miranda, Silva e Ferreira (2019), argumentam que a conceituação sobre a categoria de análise “agricultura familiar” também não apresenta um

consenso, por dividir-se sobre duas visões dominantes, a saber, a “quantitativa”, tendo como base a predominância do trabalho familiar em relação ao contratado, e a “qualitativa”, que leva em consideração aspectos relacionados à organização social, cultura local e estratégias produtivas e econômicas adotadas.

A despeito das múltiplas referências identitárias que a ampla heterogeneidade presente no campo apresenta, Wanderley (2014), reitera “serem equivalentes” os conceitos de campesinato e agricultura familiar, a partir da existência no meio rural brasileiro de produtores agrícolas vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar, orientados por laços familiares e de vizinhança, que, por sua vez, constituem seus modos de vida e trabalho.

Por fim, se muitas definições surgiram no intuito de designar a agricultura de caráter familiar (definições essas pautadas pelo tamanho da área, uso da mão de obra predominantemente familiar, direção do imóvel rural, composição familiar da renda), apesar dos avanços conquistados pelo grupo social dos agricultores familiares, a própria definição estabelecida pelo Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017, denominando essa categoria como “UFPA-Unidade Familiar de Produção Agrária”, denota a dificuldade do Estado brasileiro em estabelecer uma base única de dados para a agricultura familiar, configurando-se esse exemplo num retrocesso à conceituação da agricultura familiar, e podendo, dessa maneira, representar um enfraquecimento dessa categoria social, principalmente no que concerne ao acesso às políticas públicas voltadas a esse segmento (OLIVEIRA A.; OLIVEIRA L., 2018).

1.1 O protagonismo dos “movimentos sociais”

Sem dúvidas, ao citarmos a criação dos “Mercados Institucionais” como importantes políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, não podemos deixar de destacar o protagonismo dos movimentos sociais no fomento dessas ações.

A segunda metade da década de 1990 destacou-se nas esferas política e institucional (relacionadas à questão agrária no Brasil) pelas demandas impulsionadas por movimentos sociais, a partir das lutas, enfrentamentos, disputas e conquistas das organizações representativas dos trabalhadores rurais, camponeses e agricultores familiares. Segundo Ribeiro e Cleps Júnior (2011), os movimentos sociais Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) destacaram-se como atuantes protagonistas frente à contestação do avanço de um modelo de desenvolvimento voltado ao agronegócio, em detrimento da agricultura familiar. Os autores destacam como

principais resultados alcançados pelas organizações da agricultura camponesa/familiar, fruto do enfrentamento, negociação e acordos com o Estado, a criação políticas públicas, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF (1996), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/PRONERA (1998), Luz para Todos (2003), Programa de Aquisição de Alimentos/PAA (2003), além de incremento nas ações de fomento à produção agrícola, assistência técnica, habitação rural dentre outros (RIBEIRO; CLEPS JÚNIOR, 2011).

1.2 Os mercados institucionais

Uma alternativa à produção da agricultura familiar, os mercados institucionais visam fortalecer e incentivar a produção de base familiar aproximando esses produtores do consumidor final, a partir de iniciativas implementadas por “políticas públicas”, tais como as que criaram Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, criado pela Lei n. 10.696 de 2 de julho de 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a partir da Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009. Tais ações demonstram a importância da agricultura familiar, por tantas décadas invisibilizada pelo Estado, em detrimento dos estabelecimentos de base não familiar (representados por médios e grandes produtores), proporcionando, dessa maneira, maior poder de decisão a esses produtores a partir da comercialização direta e simplificada de sua produção com as instituições públicas, nas compras governamentais, e fomentando, ao mesmo tempo, a criação de redes locais, alternativas de produção, geração de renda e inclusão social.

Sobre o PAA-Programa Nacional de Aquisição de Alimentos, Anjos e Becker (2014), destacam seu surgimento no primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, como política pública inserida no âmbito do programa “Fome Zero”, consistindo-se na compra antecipada da produção dos agricultores familiares para a destinação aos consumidores finais (escolas, creches, asilos, hospitais, etc) e pessoas em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo, dessa maneira, a economia das localidades assistidas. Segundo os autores, essa modalidade de compra assegura maior facilidade de negociação, tendo em vista a não necessidade de licitações públicas e demais burocracias. Por sua vez, a promulgação da Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009, que instituiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, fortaleceu, concomitantemente, dois princípios: a alimentação escolar, que passa a ser assegurada como um direito aos estudantes, assim como o fortalecimento da agricultura familiar, a partir da compra antecipada de ao menos 30% de sua produção, para a destinação final das escolas da rede pública.

E, por fim, porém não menos importante, ressaltamos a criação do PRONAT- Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, também durante os mandatos do presidente Lula da Silva (2003-2010) que, segundo M. Caniello, N. Caniello e Melo (2016), foi um programa inovador e fundamental tanto para o fortalecimento da agricultura familiar, quanto do próprio PNAE, ao estabelecer o mínimo de 30% do orçamento federal destinado a estados e municípios para a compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. Sob essa perspectiva, ou seja, dos “aspectos inovativos” nas políticas públicas de aquisição de alimentos, Costa, Laforga e Rambo (2016), destacam, dentre outros, os programas PAA e PNAE, por criarem uma demanda regular para o excedente de produção “comercializável”, permitindo que os produtores familiares se utilizem dos mercados institucionais como canais de comercialização de “demanda certa” para esse excedente de produção. Destarte, os autores ressaltam o incentivo aos “processos de aprendizagem” como o grande valor inovativo embutido na estrutura institucional dos programas acima referenciados.

1.3 As Cadeias Curtas de Comercialização (CCC)

As características dos sistemas agroalimentares acabam dificultando a inserção da produção de caráter familiar nessas estruturas por demandar vultosos investimentos financeiros. Como alternativa, os Circuitos e/ou Cadeias Curtas de Comercialização (CCC) passaram a viabilizar essa demanda por escoamento da produção e acesso das mesmas com preços mais acessíveis aos consumidores finais. Segundo Borges e Vitorino Silva (2020), pela própria ausência de uma definição oficial sobre o conceito de Circuitos Curtos de Comercialização, passou-se a tratar o termo como “comercialização local”, onde o comércio justo e solidário das mercadorias produzidas pelos agricultores encontram preços atrativos tanto para os que produzem, quanto para os que as consomem, seja na livre negociação nas feiras, no comércio realizado nas beiras das estradas, nas lojas especializadas, nas comunidades de apoio à agricultura familiar, nas vendas diretas em domicílios ou a partir das negociações promovidas através dos “Mercados Institucionais”, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), promovendo a aproximação e o fortalecimento dos vínculos entre produtores e consumidores nas cadeias produtivas locais, e, ao mesmo tempo, excluindo (ou ao menos enfraquecendo) o papel dos atravessadores nas aquisições e revenda de bens alimentares, na busca pela construção de sistemas alimentares mais sustentáveis.

Sendo o objeto de estudo desta dissertação os agricultores familiares do município potiguar de Coronel Ezequiel, em especial, os residentes na Serra de Santa Quitéria, faz-se

oportuno citar a criação da CECAFES (Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Rio Grande do Norte), órgão criado pelo governo do estado, cujo intuito é viabilizar a produção e fortalecimento da renda oriunda da agricultura familiar, sendo, dessa maneira, um canal para a difusão de circuitos curtos e/ou cadeias curtas de comercialização locais.

Segundo Amaral *et al.* (2020), as cadeias curtas de comercialização (alternativas aos sistemas agroalimentares convencionais) costumam ser pautadas por princípios éticos e morais, tais como: justiça social, solidariedade, sustentabilidade ambiental da cadeia de abastecimento, processo produtivo sustentável, etc. Em suma, a contínua expansão das CCC's demonstram que as cadeias agroalimentares tradicionais já não respondem as expectativas e demandas dos consumidores, ávidos por produtos ecologicamente produzidos, e pautados na sustentabilidade e no respeito dos saberes e tradições locais.

1.4 A institucionalização das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil

O contexto das políticas públicas no Brasil na década de 1990, segundo Grisa (2018), estava permeado pelo “referencial global neoliberal”, impondo novas estratégias, assim como a reconfiguração das ações e instrumentos estatais. Preconizava-se, nesse momento, o “livre mercado” e a não interferência do Estado na economia. Nesse contexto, as privatizações de empresas estatais, o ajuste das contas do governo e a ingerência das estratégias de governança da iniciativa privada na administração pública foram incentivadas, assim como a extinção dos instrumentos e recursos de fomento à agricultura. Todavia, e contraditoriamente, foi nessa mesma década que a agricultura familiar passou a ser reconhecida política e institucionalmente através da criação do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a partir de diversos elementos relacionados com o referencial global neoliberal citado, presentes no Relatório FAO/INCRA (1994) e nos relatórios do Banco Mundial (1994), que endossavam a importância do referencial setorial da agricultura de base familiar (GRISA, 2018, p.41).

Na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, duas linhas de pensamento divergiam, especificamente, durante a criação do PRONAF. De um lado, estavam os estudos de tipologias realizados pela equipe FAO/INCRA, e de outro, o modelo proposto por Hughes Lamarche. No primeiro modelo (FAO/INCRA), estabelecia-se, primeiramente, uma separação objetiva entre agricultura familiar e agricultura patronal (sendo, a primeira, assentada na ideia da não “predominância” do trabalho assalariado), no regime de trabalho e modo de gestão das unidades agrícolas de produção, a fim de definir e quantificar a agricultura

familiar brasileira (Marques, 2004); do outro lado, nos estudos da equipe internacional coordenada por Hughes Lamarche, os trabalhos salientavam a “heterogeneidade” para explicar a “presença e resistência” da agricultura familiar (MARQUES, 2004, p. 18).

Para termos uma ideia das grandezas relacionadas à produção de caráter familiar no Brasil, os dados do Censo Agropecuário de 2017 demonstram que 77% (cerca de 3,9 milhões) do total de estabelecimentos agropecuários brasileiros são classificados como agricultura familiar, e que, mesmo compreendendo apenas 23% da área total de estabelecimentos agropecuários do país (ou 80,9 milhões de há), a agricultura familiar emprega 10,1 milhões de pessoas ou 67% de todo pessoal ocupado na agropecuária brasileira, respondendo por R\$ 107 bilhões da produção nacional desse setor. O estudo também demonstra que a agricultura familiar possui dinâmica e características distintas da agricultura não familiar “nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda” (IBGE, 2017).

Sobre a caracterização dos estabelecimentos agrícolas familiares, o convênio acima citado, firmado entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que culminou no ano 2000 com a publicação do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, intitulado “*NOVO RETRATO DA AGRICULTURA FAMILIAR: o Brasil redescoberto*”, se utiliza de três critérios distintos para caracterizar um estabelecimento agrícola como familiar, a saber: a direção dos trabalhos do estabelecimento ser exercida pelo produtor, o trabalho familiar ser superior ao trabalho contratado e, por fim, a área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares (FAO/INCRA, 2000).

Contudo, o marco legal que definiu os princípios e fundamentos da agricultura familiar no Brasil surgiu a partir da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelecendo as diretrizes para a formulação da “Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”, considerando o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural aquele que “pratica atividades no meio rural” e que atenda, dentre outros, aos seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- IV- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

É de se ressaltar que a referida lei, em seu Art. 4º, observou, dentre outros aspectos, o princípio da “sustentabilidade ambiental, social e econômica”. Por fim, faz-se necessário, abordar seu Art. 5º, que versa sobre o “Planejamento” e a “Execução das ações”, cuja intenção

foi a de atingir seus objetivos de forma a compatibilizar, dentre outras áreas, o “crédito e fundo de aval” (BRASIL, 2006).

Com o objetivo de “viabilizar” e “fortalecer” o segmento da agricultura familiar no Brasil, foram promulgadas as leis que instituíram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído pelo Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996, enfatizando como premissa fundamental o “desenvolvimento sustentável” da agricultura familiar, assim como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado pelo art. 19 da Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003, preconizando, entre outros, os seguintes pontos:

I - Incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;

II - Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) instituído pela Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece, dentre outros, em seus artigos 2º e 14º, respectivamente:

Art. 2. V - O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

O seguro Garantia-Safra (GS) foi criado em 2002 como uma ação de assistência aos agricultores familiares, prevista a partir da instituição do PRONAF, cujo objetivo é garantir um auxílio pecuniário aos produtores em períodos de “estiagem” ou “excesso hídrico”, quando tais fenômenos comprometem a safra.

Não obstante, todo esse processo estabelecido acerca da institucionalização das políticas públicas em torno da agricultura familiar, que se deu a partir de intensos debates acadêmicos e, principalmente, pela articulação das populações rurais, consagrando o direito à reprodução social da categoria de agricultores familiares, o Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017, representou um “retrocesso histórico” ao desconsiderar todo esse processo já mencionado, trazendo à tona uma nova expressão definidora, a saber, “a UFPA-Unidade Familiar de Produção Agrária” (OLIVEIRA A.; OLIVEIRA L., 2018).

Art. 1. As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais deverá considerar a Unidade Familiar de Produção

Agrária - UFPA, os empreendimentos familiares rurais e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar-CAF.

Art. 2. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA - conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele (BRASIL, Decreto n. 9.064/2017).

1.5 PNATER e PRONATER

No âmbito das políticas públicas de apoio e fomento à agricultura familiar, deve-se ressaltar a promulgação da Lei n.12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

No que concerne à destinação dos recursos financeiros, a PNATER prioriza o apoio às entidades e aos órgãos públicos e oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. Sobre a importância do ATER, Santos e Araújo (2020), ressaltam serem serviços indispensáveis, oferecidos de forma gratuita aos seus beneficiários, aos quais os mesmos podem obter assessoria e orientações a respeito, tanto sobre a produção, gestão, beneficiamento e comercialização, quanto de atividades e serviços, sejam eles agropecuários ou não.

Em seu artigo 3º, a referida lei descreve os princípios básicos da PNATER:

- I - Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- II - Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- III - Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- IV - Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- V - Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e
- VI - Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional. (BRASIL, 2010).

Dentre os “beneficiários” da PNATER, além dos assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais, a lei também especifica, em seu art. 5º, que também são beneficiários:

II- [...] os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites daquela Lei”. (BRASIL, 2010, Art. 5)

Como principal instrumento de implementação das diretrizes da PNATER, a referida lei estabelece o PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na

Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, cujos objetivos são “: [...] a organização e a execução dos serviços de ATER ao público beneficiário previsto no art. 5º desta Lei, respeitadas suas disponibilidades orçamentária e financeira” (BRASIL, 2010, Art. 7).

1.6 O complexo agroindustrial aplicado na agricultura familiar

Tendo a presente dissertação o objetivo de analisar o sistema integrado aplicado na agricultura familiar, faz-se necessário, primeiramente, compreender que a noção de agricultor familiar integrado nada mais é do que um derivativo do conceito de “Complexo Agroindustrial – CAI”.

Fruto do processo de modernização da agricultura, de um período denominado de “Revolução Verde”, os complexos agroindustriais representaram a maciça intervenção reguladora do Estado no setor agrícola, favorecendo um padrão de desenvolvimento econômico voltado ao setor industrial e ao conseqüente aumento das exportações, resultando na subordinação da agricultura à indústria, num processo iniciado na década de 1960 e consolidado nas décadas seguintes. Segundo Graziano (1998), os complexos agroindustriais são o resultado de um processo histórico específico, cuja constituição reflete um duplo movimento: de dentro, a partir das forças sociais, econômicas e políticas de seus agentes integrantes; e de fora, através da ação do Estado, a partir das políticas públicas e das relações particulares de suas agências com os agentes citados anteriormente. Como bem enfatiza Wanderley (1985), a produção agrícola por parte dos pequenos produtores rurais através da integração vertical é um desdobramento dos complexos agroindustriais, configurando-se em mais uma forma de articulação do capital industrial com a agricultura, cujas principais vantagens ao capital industrial se convertem na não necessidade de aquisição de terra, assim como no controle externo da produção da matéria prima agrícola, necessária à transformação final por parte da agroindústria.

Essa perspectiva que submete a agricultura familiar aos interesses do sistema agroindustrial e que transforma o trabalhador rural numa espécie de “proletário com terra” (MÜLLER, 1989 *apud* VOLPI, 2007), muitas vezes camufla a verdadeira relação de exploração do trabalho no campo, compreendida por uma mão de obra temporária, por vezes, “invisível”, relacionada direta ou indiretamente ao processo produtivo, tal como os trabalhadores terceirizados contratados pelo agricultor familiar, responsáveis pela retirada da cama de frango e posterior lavagem das granjas (VOLPI, 2007). Todavia, como destacado anteriormente nas discussões conceituais acerca da agricultura familiar, esses produtores rurais, compreendidos como categoria de ação social e política, possuem, por característica, suas próprias lógicas,

interesses e estratégias de reprodução social, não sendo, portanto, “ingênuos partícipes” dos processos englobantes do capital agroindustrial, tampouco meros indivíduos dominados por relações verticalizadas de poder, desconexos das forças que subjugam a si, sua cultura e tradições. Para tanto, não pretendemos, aqui, negar a assimetria existente entre os agricultores familiares integrados e o complexo agroindustrial, mas sim a visão totalizadora que suprime todo e qualquer tipo de protagonismo e racionalidade por parte desses produtores rurais.

CAPÍTULO II O MARCO REGULATÓRIO DO SISTEMA INTEGRADO

As demandas das sociedades modernas pelo progressivo aumento do consumo e consequente produção de alimentos deram margem à modernização das técnicas produtivas, assim como a busca por uma maior previsibilidade das oscilações do mercado, fatores esses que contribuíram para a formulação e implantação dos sistemas de parceria integrada. Nesse sentido, os EUA são pioneiros nesse segmento, a partir da celebração de contratos de integração vertical desde a década de 1950, iniciativa essa que viria a ser implantada no Brasil, no início década de 1960, pela empresa Sadia S.A, junto aos produtores familiares do Sul do país (primeiramente no Paraná, seguido por Santa Catarina e Rio Grande do Sul), na produção de aves e suínos.

Contudo, será apenas em 2016, através da Lei n. 13.288, de 16 de maio de 2016, que o Brasil passou a definir um marco regulatório específico para reger os contratos de integração vertical, regulamentando os direitos e responsabilidades de produtores integrados e agroindústrias integradoras nas relações contratuais, no intuito de trazer mais equilíbrio e transparência nas “parcerias” estabelecidas.

Neste trabalho, faremos uma análise de conteúdo do marco legal sobre o sistema integrado no Brasil, para melhor contextualizarmos, mais à frente, as principais diferenças entre o processo produtivo desenvolvido no Sul do país versus o de Coronel Ezequiel, na Serra de Santa Quitéria.

Inicialmente, faz-se necessário uma definição mais precisa sobre os principais termos utilizados pela lei no que se refere a esse sistema de produção. Dessa forma, por *integração vertical*, a referida lei define, em seu Art. 2º (BRASIL, 2016):

I - Integração vertical ou integração: relação contratual entre produtores integrados e integradores que visa a planejar e a realizar a produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, com responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração;

Na sequência, por produtores familiares integrados, a lei define:

II - Produtor integrado ou integrado: produtor agrossilvipastoril, pessoa física ou jurídica, que, individualmente ou de forma associativa, com ou sem a cooperação laboral de empregados, se vincula ao integrador por meio de contrato de integração vertical, recebendo bens ou serviços para a produção e para o fornecimento de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final;

Sobre o integrador, “elo economicamente mais forte” desses contratos de integração vertical, a lei define:

III - integrador: pessoa física ou jurídica que se vincula ao produtor integrado por meio de contrato de integração vertical, fornecendo bens, insumos e serviços e recebendo matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final utilizados no processo industrial ou comercial;

Em seu artigo sexto, a referida lei apresenta uma inovação aos contratos de integração no Brasil, à necessidade da constituição entre cada unidade integradora e aos produtores a ela integrados da Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração – CADEC, sendo sua composição definida da seguinte maneira.

Art. 6º: § 1 A CADEC será composta paritariamente por representantes:
I - Escolhidos diretamente pelos produtores integrados à unidade integradora;
II - Indicados pela integradora;
III - Indicados pelas entidades representativas dos produtores integrados;
IV - Indicados pelas entidades representativas das empresas integradoras (BRASIL, 2016).

A CADEC surgiu com o objetivo de ser um mecanismo de discussão e deliberação de todos os temas relacionados à integração, sendo os contratos analisados e validados por essa comissão, visando, dessa maneira, assegurar a *viabilidade econômica*, o *equilíbrio dos contratos* e a *continuidade do processo produtivo*, e possuindo, dentre seus principais objetivos e funções, os seguintes pontos:

Art. 6º: § 4:
I - Elaborar estudos e análises econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e dos aspectos jurídicos das cadeias produtivas e seus segmentos e do contrato de integração;
II - Acompanhar e avaliar o atendimento dos padrões mínimos de qualidade exigidos para os insumos recebidos pelos produtores integrados e para os produtos fornecidos ao integrador;
III - Estabelecer sistema de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos encargos e obrigações contratuais pelos contratantes;
IV - Dirimir questões e solucionar, mediante acordo, litígios entre os produtores integrados e a integradora;
V - Definir o intervalo de tempo e os requisitos técnicos e financeiros a serem empregados para atualização dos indicadores de desempenho das linhagens de animais e das cultivares de plantas utilizadas nas fórmulas de cálculo da eficiência de criação ou de cultivo;
VI - Formular o plano de modernização tecnológica da integração, estabelecer o prazo necessário para sua implantação e definir a participação dos integrados e do integrador no financiamento dos bens e ações previstas (BRASIL, 2016).

Para melhor compreensão das regras, direitos e deveres contratuais, a lei prevê a apresentação prévia ao produtor integrado do Documento de Informação Pré-Contratual –

DIPC, que será fornecido pela empresa integradora, devendo conter, dentre outros, os seguintes elementos:

Art. 9º:

I - Razão social, forma societária, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e endereços do integrador;

II - Descrição do sistema de produção integrada e das atividades a serem desempenhadas pelo produtor integrado;

III - Requisitos sanitários e ambientais e riscos econômicos inerentes à atividade;

IV - Estimativa dos investimentos em instalações zootécnicas ou áreas de cultivo e dos custos fixos e variáveis do produtor integrado na produção;

V - Obrigação ou não do produtor integrado de adquirir ou contratar, apenas do integrador ou de fornecedores indicados formalmente pelo integrador, quaisquer bens, serviços ou insumos necessários à operação ou à administração de suas instalações zootécnicas ou áreas de cultivo;

VI - Relação do que será oferecido ao produtor integrado no que se refere a:

a) suprimento de insumos; b) assistência técnica e supervisão da adoção das tecnologias de produção recomendadas cientificamente ou exigidas pelo integrador; c) treinamento do produtor integrado, de seus prepostos ou empregados, especificando duração, conteúdo e custos; d) projeto técnico do empreendimento e termos do contrato de integração;

VII - estimativa de remuneração do produtor integrado por ciclo de criação de animais ou safra agrícola, utilizando-se, para o cálculo, preços e índices de eficiência produtiva médios nos vinte e quatro meses anteriores, e validados pela respectiva Cadec;

VIII - Alternativas de financiamento por instituição financeira ou pelo integrador e garantias do integrador para o cumprimento do contrato durante o período do financiamento;

IX - Os parâmetros técnicos e econômicos indicados pelo integrador e validados pela respectiva Cadec para uso no estudo de viabilidade econômico-financeira do projeto de financiamento do empreendimento;

X - Caráter e grau de *exclusividade* da relação entre o produtor integrado e o integrador, se for o caso;

XI - tributos e seguros incidentes na atividade e a responsabilidade das partes, segundo a legislação pertinente;

XII - responsabilidades ambientais das partes, segundo o art. 10 desta Lei;

XIII - responsabilidades sanitárias das partes, segundo legislação e normas infralegais específicas (BRASIL, 2016).

Por fim, a lei de integração estabelece a criação do Fórum Nacional de Integração – FONIAGRO, composto pelas entidades representativas dos produtores integrados e dos integradores, sem personalidade jurídica, visando definir diretrizes para o acompanhamento e desenvolvimento do sistema de integração, promovendo o fortalecimento das relações entre o produtor integrado e o integrador, cuja principal atribuição é estabelecer a metodologia para o cálculo do valor de referência para a remuneração do produtor integrado, devendo observar os custos de produção, os valores de mercado dos produtos *in natura*, o rendimento médio dos lotes, dentre outras variáveis para cada cadeia produtiva (BRASIL, 2016).

2.1 Avicultura integrada no Brasil

O Sistema integrado ou Sistema de Produção Integrada é um modelo de produção concebido nos Estados Unidos da América, em 1950, e implantado na região Sul do Brasil (primeiramente no Paraná), pela empresa Sadia Alimentos, na década de 1960, cujo objetivo foi dinamizar a produção de frangos e suínos, oferecendo riscos “calculáveis” e maior segurança econômica, tanto para a empresa “integradora”, quanto para os produtores familiares “integrados”.

Segundo Fernandes Filho (2004), o início da década de 1960 consagrou a instituição do que o autor nomeia por “moderna avicultura brasileira”, a partir, inicialmente, da disseminação, pelos estados do Sul, de um arranjo produtivo verticalizado, baseado na relação entre a “grande agroindústria” *versus* “os pequenos produtores familiares”, num movimento que consistia no uso intensivo de inovações tecnológicas, modernas à época, em comparação às existentes no modelo predominante até então.

Dentre as principais características desse novo modelo de produção destacadas pelo o autor, estão: a presença de uma enorme gama de pequenos produtores integrados; a exigência, pela empresa integradora, do uso de mão-de-obra familiar no processo produtivo integrado; produtores integrados preocupados com a geração de emprego para os membros da própria família (fonte de renda); a presença de grande número de contratos de produção informais, verbais (como constatado nessa pesquisa, no caso de Coronel Ezequiel-RN); a dependência de assistência técnica da integradora; alta dependência financeira e tecnológica dos integrados em relação às empresas integradoras; baixa capacidade de alojamento dos aviários; frágil capacidade de organização e representação dos produtores integrados; e, por fim, baixo nível de automação nos aviários (FERNANDES FILHO, 2004).

Os sistemas de parcerias integradas têm como característica principal oferecer atividades de baixo risco a seus integrados, tendo em vista que esses não estarão submetidos às oscilações do mercado, principalmente às relacionadas aos insumos e ao preço final da carne produzida. O agricultor familiar integrado recebe um valor fixo por animal após um período determinado (quarenta e cinco dias), considerando-se, para tal, a relação “peso e tempo de engorda”. A agroindústria integradora assume cerca de 90% dos custos da produção, destacando-se entre eles: os pintos para engorda, ração, medicamentos, assistência técnica e veterinária, pesagem e transporte dos frangos de corte. O agricultor familiar, por sua vez, se compromete em assumir os custos totais para a construção da granja (R\$ 30.000,00 aproximadamente) que, não obstante a disponibilidade do terreno, compreendem: a contratação da mão de obra e os materiais de construção, as instalações hidráulicas e elétricas, os fornos para a produção de calor, comedouros de ração e bebedouros de água. Sendo os materiais

primários (lonas, telas, mangueiras, bebedouros e comedouros) adquiridos diretamente com a própria empresa integradora, tendo seu custo debitado nas produções futuras.

2.2 A trajetória da avicultura brasileira

O sistema de integração vertical entre pequenos produtores rurais e agroindústrias processadoras contribuiu para consolidar o Brasil como maior exportador e o segundo maior produtor de carne de frango do mundo, destacando-se, nesse setor, os estados do Paraná, como o maior produtor de frango de corte do país, com 4.313 toneladas, seguido por Santa Catarina, com 1.871 toneladas, e Rio Grande do Sul, com 1.691 toneladas (EMBRAPA, 2018). Essa liderança dos estados sulistas se explica pela consolidação do sistema integrado nessa região desde a década de 1960, a partir do protagonismo da empresa Sadia Alimentos S.A, juntos aos agricultores locais, através dos contratos de parceria integrada para a produção de frango de corte, disseminando, posteriormente, aos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para termos uma ideia da grandeza da produção brasileira, segundo a revista *Avisite*, somente em maio de 2020 (mesmo em meio à pandemia do novo *coronavírus*) as exportações brasileiras de carne de frango *in natura* somaram 372.502 toneladas, o maior volume da história já exportado em um mês de maio. O resultado alcançado representou aumentos de 16% e 4% sobre o mês anterior e maio de 2019, respectivamente.

Todavia, o discurso exitoso que comumente é evocado acerca da saga da avicultura brasileira, expresso pelos números substancialmente alcançados ao longo dos anos, acaba por “camuflar e silenciar” aspectos contraditórios e fundamentais à compreensão da relação estabelecida entre pequenos produtores familiares e agroindústria. Contraditoriamente, o próprio conceito de “parceria integrada” demonstra uma óbvia contradição, tendo em vista que sua verticalidade não denota a harmonia consubstanciada por uma verdadeira parceria, e sim uma relação desproporcional, tanto sobre os aspectos econômicos, quanto das relações de dependência estabelecidas acerca dos insumos básicos (pintinhos de um dia, ração, vacinas, assistência técnica especializada, e etc.). A “parcialidade” dos contratos de produção integrada entre agroindústria e pequeno agricultor familiar, expressos na exclusividade de compra de toda produção, evidencia o “baixo poder de negociação” dos agricultores, acabando por excluir o produtor familiar das leis do livre mercado, tais como: liberdade de venda da produção, concorrência por melhores preços, oferta e procura, margem de lucro, dentre outras.

Esse aspecto denota outra contradição dos contratos de parceria integrada, ou seja, a constatação de que o produtor integrado não é o verdadeiro dono da própria produção, mas apenas de sua força de trabalho e de sua família. Nesse sentido, as expressões “parceria

integrada” ou “sistema integrado de produção” acabam invisibilizando ou se tornando um neologismo para contemplar a realidade de contratos expressos pela pura “terceirização do trabalho e da produção” por parte da empresa integradora.

Um bom exemplo dessa terceirização pode ser constatado pelo “Relatório Anual e de Sustentabilidade 2018”, da transnacional sulista BRF, demonstrando a preocupação da empresa integradora, perante seus acionistas e futuros investidores, com o custo da mão de obra e as possíveis ações trabalhistas, fruto das terceirizações da produção:

Os custos de mão de obra estão entre os nossos gastos mais significativos. Além disso, terceirizamos parte da força de trabalho, o que nos sujeita a reclamações que podem surgir dessas relações como se fôssemos o empregador direto dos trabalhadores terceirizados. Caso uma quantia significativa dessas ações resulte em um desfecho desfavorável contra nós, podemos ser responsabilizados por valores superiores às nossas provisões, o que pode ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira e operacional e nos resultados das operações. Também estamos sujeitos a aumentos em nossos custos de mão de obra devido à inflação brasileira e aos custos de seguro de saúde (BRF, 2018, p.35).

2.2.1 Endividamento familiar na integração vertical do Sudoeste Paranaense

A produção integrada de frango de corte entre agricultores familiares e agroindústria demanda altos investimentos, e os agricultores familiares localizados na Mesorregião do Sudoeste do Paraná necessitam de linhas de crédito para o custeio desse modelo produtivo, fazendo crescer a dependência dos produtores por crédito bancário, prioritariamente, através de órgãos governamentais, aumentando, por consequência, o endividamento familiar desses produtores. Segundo reportagem publicada no portal “Jornal de Beltrão”, a Associação dos Avicultores do Sudoeste do Paraná (Avisud) pleiteia “anistia” aos produtores integrados, devedores das cooperativas de crédito Cresol e Sicredi. De acordo com Claudinei Colognese, presidente da associação dos produtores acima citada, as oscilações políticas e econômicas internacionais, como as suspensões de importações de carnes de aves, tomadas pela União Europeia em 2018, atingem diretamente a cadeia produtiva brasileira, e, principalmente, seu “elo mais sensível”, os produtores familiares integrados.

Para Werner (2017), embora a busca por crédito para o investimento na propriedade rural seja significativa, o custeio para produção representa a totalidade da finalidade do crédito rural, alcançando até 70% dos estabelecimentos, promovendo, dessa forma, a dependência do pequeno produtor por capital externo, necessário ao financiamento da produção integrada à agroindústria. Todavia a “diversidade da produção” apresentada pelos agricultores do Sudoeste do Paraná, quanto ao cultivo de soja, milho e cereais, facilitou a atuação da empresa Sadia S.A na pactuação de contratos de integração vertical junto a esses agricultores, tendo em vista que

a ração oriunda do farelo de milho representa um insumo essencial ao processo de engorda dos frangos de corte.

De acordo com Faccin e Lima (2019), existe um alto risco de endividamento dos produtores menos capitalizados ligados à avicultura, submetidos muitas vezes a linhas de créditos de bancos estatais. Esse endividamento que acaba por “drenar” os recursos já empenhados no pagamento dos aviários, por vezes, gera uma sensação de “insegurança” aos produtores integrados, tendo em vista a falta de compromisso da empresa integradora acerca da continuidade de compra da produção de frangos, submetida à variação dos preços de mercado. Os autores reforçam que a imposição de novos modelos de produção por parte das transnacionais integradoras (através do estabelecimento de normas e diretrizes produtivas) acaba por exigir dos produtores altos graus de investimentos, segregando e tornando “vulneráveis” os demais, que passam a ter poucas chances de sobrevivência nesse ambiente cada vez mais automatizado e competitivo (FACCIN; LIMA, 2019).

Outros fatores que influenciam o endividamento dos produtores familiares integrados estão relacionados entre os mesmos e as agroindústrias integradoras, tais como: alterações unilaterais de contrato realizadas pelas indústrias integradoras (como a mudança no percentual recebido para a manutenção e reparos das granjas); ampliação do peso dos lotes com consequente extensão do período de engorda dos animais; extinção da “taxa de ociosidade” que a BRF pagava aos produtores nos intervalos entre a chegada de um lote a outro (devido à cláusula contratual de exclusividade de venda); a complexidade nos cálculos e coeficientes de remuneração por lote pago; baixo valor recebido por unidade de frango após o período de engorda (variando entre R\$ 0,40 a R\$ 0,50 centavos); encerramento das atividades por parte das integradoras em alguns parques industriais; pouca margem de renegociação e/ou aumento dos prazos de pagamento das dívidas dos produtores integrados com as instituições financeiras, entre outros fatores.

De qualquer maneira, com a criação da Lei da Integração (13.288/16) que prevê a existência das CADEC’s – Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração, tais alterações contratuais não mais poderão ser impostas de forma “unilateral”, ou seja, sem a discussão de ambas as partes, garantindo, dessa forma, mais poder de negociação aos produtores integrados e maior sustentabilidade das cadeias produtivas.

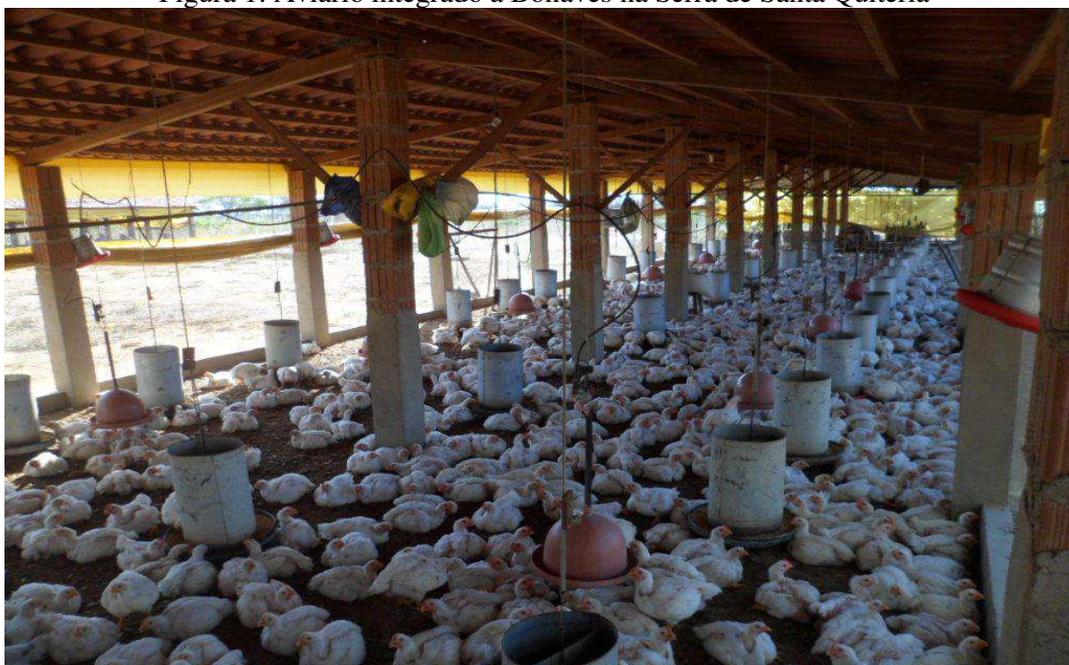
2.2.2 Aparentes contradições entre as agroindústrias sulistas versus de Coronel Ezequiel

Na zona rural de Coronel Ezequiel, no Rio Grande do Norte, mais precisamente na Serra de Santa Quitéria, a implantação do sistema de produção integrada de frango de corte na

agricultura familiar revelou a fragilidade das agroindústrias instaladas na Microrregião da Borborema Potiguar, a partir da constatação de consecutivas falências de duas agroindústrias pioneiras nessa localidade (Granja Martins, em 2012, e Frangos Potiguar, em 2017). Na atualidade, a agroindústria integradora Bonaves, situada no município de Santa Cruz, RN, e responsável pelo fornecimento de pintinhos de um dia e demais insumos aos agricultores familiares da Microrregião da Borborema Potiguar, em especial, de Coronel Ezequiel, encontra-se com dificuldades financeiras para o fornecimento e pagamento dos aviários integrados, com a constante ameaça de “falência” e consequente encerramento das operações, deixando aflitos os agricultores familiares que investiram suas economias e/ou contraíram empréstimos para a construção de seus aviários.

A empresa integradora potiguar Bonaves (CNPJ: 18.700.968/0001-96) foi fundada em 06 de agosto de 2013, por Adrielmo Guilherme de Macedo, com um capital social de R\$ 30.000,00. Seu abatedouro está localizado no Sítio Mulungu, S/N, na zona rural de Santa Cruz, RN. Tendo como “atividade principal” a criação de frangos para corte (ver Figura 1), e, como atividades secundárias: a produção de pintinhos de um dia; criação de outros galináceos (exceto para corte); produção de ovos; abate de aves; comércio atacadista de aves abatidas e derivados.

Figura 1: Aviário integrado à Bonaves na Serra de Santa Quitéria



Fonte: Arquivo próprio.

Todavia o “modelo clássico sulista” de integração vertical, iniciado pelas empresas Perdigão e Sadia (ambas fundadas respectivamente nas décadas de 1934 e 1944), demonstrou não somente os aspectos contraditórios do sistema de produção e acumulação capitalista, como

as próprias características das empresas instaladas em tais regiões, assim como dos contratos de produção integrada estabelecidos. Ou seja, se, de um lado, constata-se a fragilidade econômica e a inviabilidade de sustentação das agroindústrias instaladas na Microrregião da Borborema Potiguar (a partir das sucessivas falências das integradoras locais), do outro, presencia-se a imponência e poderio econômico representado pela transnacional sulista BRF S.A.

2.3 Avicultura de corte no Sul: o caso da BRF a “gigante integradora sulista”

Aqui, faremos uma descrição detalhada do processo produtivo de frango de corte dos produtores integrados à gigante sulista integradora BRF, assim como uma análise inicial de sua constituição, expressa por números substanciais.

Segundo o “Relatório Anual e de Sustentabilidade 2018” da BRF S.A, a transnacional nasceu da fusão entre as empresas Sadia e Perdigão, iniciada em 2009, e concluída em 2012, dando origem à maior exportadora e segunda maior produtora de carne de frangos do mundo, respondendo por 11,3 % do comércio global de aves, e pela liderança na produção de frangos e suínos do mercado interno brasileiro. Formada por um contingente de 107,7 mil colaboradores diretos (85 mil só no Brasil), 13.356 produtores integrados (nas criações de aves e suínos), 36 complexos fabris (32 no território brasileiro), 47 centros de distribuição, e uma rede de produtores integrados no Brasil e exterior.

2.3.1 Produtores integrados à BRF

Os dados da pesquisa anual da companhia demonstram que 35% de seus 13 mil produtores integrados de frangos e suínos mantêm uma relação acima de 20 anos com a BRF (no que concerne às empresas Sadia e Perdigão), estando esses produtores espalhados por oito estados brasileiros e um país no exterior (Turquia).

Os produtores integrados à BRF são submetidos aos critérios estabelecidos pelo “Manual de Transparência BRF” e o “Código de Conduta para Fornecedores”, abordando aspectos sociais, ambientais, éticos, ecoeficiência operacional, direitos humanos, entre outros, assim como monitoramentos contínuos de sustentabilidade, nos quais a empresa avalia os “riscos” e a geração de valor para cadeia produtiva. O descumprimento das recomendações, orientações e notificações de adequação, por parte dos produtores integrados, feitas pela empresa, podem acarretar desde a suspensão dos alojamentos (animais entregues nas granjas), até a rescisão contratual. Dos produtores rurais parceiros da BRF, 84% tiveram suas lavouras compradas pela empresa, compreendendo: a produção de grãos, farelos e óleos.

2.3.2 Criação das Aves

Todas as fases da cadeia produtiva de integração total (ou integração vertical) relacionadas à produção de frangos de corte são de controle e responsabilidade da companhia BRF, cabendo à empresa o fornecimento dos pintinhos de um dia, ração, assistência técnica veterinária, transporte e abate. Aos produtores integrados, cabe a construção dos aviários, disponibilidade de mão de obra necessária ao processo produtivo, água, manejo e engorda das aves.

A empresa realiza um monitoramento diário dos aviários a partir de indicadores como mortalidade, densidade, animais eliminados, calos de pata, mortalidade durante o transporte das aves, contusões e fraturas. A partir dos indicadores de produtividade, é realizado o monitoramento, lote a lote, do ganho de peso animal, a conversão alimentar e a viabilidade do lote. Além do treinamento sistemático dos produtores integrados, realizado por equipe técnica especializada, é disseminada entre os mesmos a divulgação do jornal “BRF Rural”, tratando temas como bem-estar animal e outros temas acerca da cadeia produtiva.

Durante todo processo produtivo, a empresa realiza, a partir da visita periódica de sua equipe de extensionistas aos produtores integrados, os seguintes controles: de mortalidade das aves, procurando conhecer suas causas; consumo de água e ração, no intuito de que os animais não sintam sede, tampouco ingiram quantidades insuficientes de farelo; ganho de peso das aves, medido semanalmente; e, por fim, é realizado o monitoramento da temperatura de dentro dos aviários, no intuito de garantir maior conforto térmico às aves.

A BRF reforça o compromisso da não utilização de hormônios de crescimento, antibióticos ou animais clonados em todo seu processo produtivo, sendo suas aves isentas de qualquer processo de alteração física durante sua vida útil, garantido um período mínimo de 4 horas diárias ininterruptas de escuridão para que suas aves possam descansar adequadamente (exceto nos primeiros sete dias de vida, e três últimos dias), espaço para se movimentarem livremente, banho em substrato dentro das instalações e conforto térmico para as aves através de aquecedores, exaustores e/ou ventiladores.

A cama de frango, onde os animais são acomodados junto ao solo (composta por maravalha e/ou casca de arroz), é sempre mantida seca, fofa e sem materiais estranhos, proporcionando a devida acomodação térmica das aves, sendo seu descarte final acompanhado pela empresa integradora. Os frangos possuem livre acesso à água e à ração 100% vegetal. No abate, a empresa garante realizar processos minimamente invasivos, a partir da insensibilização dos sistemas nervosos das aves.

2.3.3 Taxa de ociosidade

Paga-se uma taxa de ociosidade. Recurso pago pela integradora BRF aos produtores familiares integrados nos intervalos entre a retirada de um lote (pós engorda) e a chegada do novo lote de pintinhos, devido à cláusula contratual de exclusividade de venda.

2.3.4 Questão ambiental

Em relação à questão ambiental, a BRF tem um programa próprio de “eficiência ambiental” a partir de um indicador interno (ICA-Índice de Conformidade Ambiental), cuja finalidade é realizar a aferição da qualidade dos processos, performance e metas de suas unidades produtivas. Todas as unidades produtoras são submetidas às metas do índice de conformidade ambiental, comprometendo-se com a redução de emissões atmosféricas, resíduos, odor, ruídos, impactos, uso racional da água e energia, incentivo a fontes renováveis de energia e práticas de eficiência energética. Para tal, a companhia anuncia investimentos de R\$ 125,45 milhões em iniciativas de redução de impactos ambientais, florestas, tratamento de afluentes e resíduos sólidos.

2.3.5 Gestão dos recursos hídricos

A companhia não possui metas públicas sobre o tema água, todavia dispõe de metas internas para o consumo de água, promovendo o uso racional nos processos produtivos, seu reuso e o posterior tratamento para a devolução ao meio ambiente, priorizando a captação superficial desse recurso. Em 2018, a empresa implantou internamente um GT (Grupo de Trabalho) sobre a questão da água, enfatizando a eficiência hídrica de suas unidades industriais, além da promoção de reuso e reciclo de água.

2.4 Avicultura de corte no Nordeste

Segundo o relatório do ETENE-Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, a divisão geográfica da região apresenta a concentração da produção de carne de frango em três estados: Pernambuco, Bahia e Ceará. Mesmo com a concentração da produção nacional focada nos estados do Sul, o nordeste brasileiro vem se destacando principalmente no que se refere ao mercado interno. Enquanto as gigantes agroindústrias sulistas voltam sua produção principalmente para a exportação, visando o mercado chinês, a produção nordestina se expande para suprir a demanda interna, impulsionando o fortalecimento de todos os estados da região.

Outro problema em questão, demonstrado em matéria publicada no portal “Avicultura Industrial”, é a baixa oferta de milho e soja que torna a produção avícola na região mais cara para os estados nordestinos, chegando a ração a representar até 80% do custo da produção de frango. Todavia, a ampliação da produção das commodities milho e soja por parte dos estados de Sergipe e Bahia vem impulsionando o crescimento da produção de frangos no estado de Pernambuco.

Porém, com 27,9% da população brasileira, a região Nordeste corresponde a apenas 9% da produção nacional de carne de frango, justamente pelos altos encargos da produção e dependência dos insumos avícolas do centro-sul.

Segundo o site Coopeavi, um estudo de 2015, encomendado pela AVIPE-Associação de Avicultura de Pernambuco, que traça projeções para o ano de 2025, aponta que a produção nordestina de carne de frangos pode triplicar, chegando a 1,7 milhão de toneladas. Contudo, para atingir esse número expressivo, a região precisa reduzir os custos da produção, principalmente os relacionados a um insumo fundamental, a ração de farelo de milho. Nesse sentido, o portal “Avicultura do Nordeste” aponta que uma medida do governo federal junto a associações de produtores, batizada de “Projeto Prospera”, prevê a capacitação de 50 mil pequenos agricultores nordestinos para a produção de milho, aumentando em até seis vezes os números atuais. A perspectiva é de que, nos próximos 5 anos, a região alcance a autossuficiência na produção de grãos.

Segundo Oliveira *et al.* (2008), a produção integrada de frango de corte possibilita o “compartilhamento de investimentos” entre abatedouros integradores e criadores integrados, sendo importante, nesse tipo de arranjo, que os criadores (indubitavelmente o elo mais fraco) tenham condições de acumular renda e que os conflitos ente eles e a integradora possam ser rapidamente arbitrados. Os autores apontam ainda importantes medidas cujo objetivo é dinamizar a atividade nordestina da produção de frangos de corte:

- Incentivo ao melhoramento da infraestrutura de transporte entre as áreas produtoras de grãos (cerrados dos estados do Maranhão, do Piauí e da Bahia) e as regiões metropolitanas de Recife, Fortaleza e Salvador, com especial atenção para a Ferrovia Transnordestina;
- Ampliação da capacidade de armazenamento de grãos, especialmente nas áreas produtoras dos cerrados;
- Reativação do Programa Regional de Produção de Sorgo e Milheto, como forma de aumentar a oferta de grãos que possam complementar ou substituir a participação

do milho na formulação de rações, e diminuir a volatilidade da produção de grãos dos estados com maior presença de semiárido em seu território;

- Articulação da produção de grãos da agricultura familiar – nas áreas vocacionadas – com as associações de avicultura, assegurando-lhe mercado e abastecimento;
- Análise da viabilidade de instalação de unidade de beneficiamento de ovos, que poderia utilizar, como matéria-prima, o ovo integral, a gema ou a clara, produzindo ovo em pó e diversos outros produtos para a indústria alimentícia regional ou outras finalidades;
- Realização de pesquisas que abordem questões de ambiência, tecnologias de ração (visando especialmente a utilização de produtos regionais), tecnologias de produtos e sistema de distribuição da produção;
- Realização de pesquisas que levem a uma maior utilização de energias alternativas ou eficiência energética no SAG da avicultura (unidades de criação e/ou frigoríficos);
- Apoio aos investimentos que contribuam para a redução dos resíduos potencialmente poluentes (sólidos e líquidos);
- Estímulo à integração dos atores do SAG da avicultura regional, para possibilitar maior poder reivindicatório em questões de interesse comum, como a Transnordestina, a oferta de grãos, o controle sanitário, e etc.;
- Estímulo à participação dos pequenos avicultores comerciais integrados nas associações representativas da atividade;
- Desenvolvimento de ações para melhorar a qualidade do produto regional, de modo a alcançar padrões de exigência internacionais e escala que possibilitem o acesso ao mercado externo;
- Intensificação da fiscalização sanitária dos pontos de venda de frango abatido e frango assado, com uma ação paralela de apoio à melhoria das instalações desses empreendimentos;
- Inserção plena do Nordeste nas ações do Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA);
- Disseminação dos procedimentos de biossegurança entre todos os avicultores, independentemente do tipo de avicultura praticado (comercial ou familiar);
- Apoio à capacitação dos técnicos das empresas estaduais de assistência técnica em avicultura;

Segundo Bezerra *et al.* (2015), a avicultura de corte foi a atividade que concentrou o maior número de rebanhos no Rio Grande do Norte entre os anos de 2000 e 2012, constituindo 38,05% do rebanho efetivo do Estado, ou 2.626 mil cabeças, considerando a média desse período. Os autores destacam ainda que a avicultura no estado é desenvolvida principalmente nas regiões de Natal, Trairi e Mossoró. Próximo a Natal estão os maiores planteis avícolas do estado, com destaque para os municípios de Parnamirim, Natal, Ceará-Mirim, Nísia Floresta e Taipu. A presença da agroindústria integradora Guaraves, com sede no município de Guarabira-PB, fortaleceu a produção integrada de frangos de corte no vale do Trairi-RN, com a parceria estabelecida com 67 produtores integrados, distribuídos por 226 galpões e produção estimada em 10 milhões de aves abatidas por ano. Com abatedouro próprio, localizado no município de Paramirim-RN, a integradora Guaraves possui como maiores contingentes avícolas associados os municípios de: Santa Cruz (onde se localiza a agroindústria integradora Bonaves), Sítio Novo e São José do Campestre.

CAPÍTULO III

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL-RN

O Município de Coronel Ezequiel foi criado pela Lei n. 1.029, de 11 de dezembro de 1953, a partir do desmembramento de Santa Cruz. Localizado na Mesorregião do Agreste Potiguar e na Microrregião da Borborema Potiguar, a 149 km da capital, Natal, e a 584 metros de altitude, seu território compreende 185,748 km², em área limítrofe aos municípios potiguares de Jaçanã, ao Sul, Campo Redondo, ao Norte, São Bento do Trairi, ao Leste, assim como, o município paraibano de Picuí, ao Oeste. Sendo suas principais vias de acesso, por Natal, as rodovias (pavimentadas) BR-226 e RN-023. Possui aproximadamente 5.405 habitantes (IBGE, 2010), dos quais 2.737 do sexo masculino (50,60%) e 2.672 do sexo feminino (49,40%), sendo que 2.212 vivem na área urbana (40,90%) e 3.197 na área rural (59,10%), com densidade demográfica de 29,10 hab./km². Com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 0,587, Coronel Ezequiel ocupa a posição 130^o no estado (de um total de 167 municípios), sendo a maior parte de suas receitas (97,9%) oriundas de fontes externas (através de transferências públicas, como o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e o Programa Bolsa Família).

O município possui 861 estabelecimentos rurais de agricultores familiares, a partir do cultivo de lavouras temporárias de feijão, milho, mandioca e maracujá, e de lavouras permanentes de caju e torra da castanha, assim como o rebanho pecuário da bovinocultura, suinocultura e avicultura, tendo como principais atividades econômicas do município a agropecuária, o extrativismo e o comércio.

3.1 Chegando na Serra de Santa Quitéria

Distante 11 km do centro de Coronel Ezequiel está o povoado de Serra de Santa Quitéria (ver Figura 3), situando-se em região serrana, com apenas duas vias de acesso extremamente acidentadas, com muitos aclives e declives, um posto de saúde, uma escola de ensino fundamental, três bodegas, uma casa de farinha, duas igrejas (uma neopentecostal e uma católica) e cinco granjas de frango de corte vinculadas à produção agroindustrial. A única possibilidade de transporte disponível aos moradores se resume a carros de feira, também conhecidos por “paus de arara”, com circulação restrita aos domingos e segundas-feiras.

A cajucultura possuía um papel relevante na complementação de renda da agricultura familiar, contudo as referidas reduções da safra e a sazonalidade da produção da cajucultura, concomitante, e “fundamentalmente”, à busca por “estabilidade econômica”, a partir da garantia

de uma renda fixa, promoveram a algumas famílias de agricultores familiares a adoção de um novo processo produtivo, o “sistema integrado”.

Figura 3: Serra de Santa Quitéria



Fonte: Google Earth Pro.

Nossa primeira inserção no campo de pesquisa para a coleta de dados se deu no dia 03 de junho de 2021. Saímos de Solânea rumo à Coronel Ezequiel, numa viagem que durou aproximadamente 3h15min. Ao chegarmos ao povoado Serra de Santa Quitéria, logo fomos recepcionados pela família do agricultor integrado, Geraldo Fernandes de Lima, mais conhecido por “Geraldinho dos pintos”, genro de Seu Caboclo, um dos pioneiros a povoar a localidade e dono de uma propriedade de 23 hectares, onde moram ao todo quatro famílias, todos com laços de consanguinidade.

Agricultor familiar e integrado, Geraldo tem 57 anos, é casado com dona Francisca Araújo, de 56 anos. Os dois tiveram 6 filhos, dos quais apenas dois moram com os pais, os gêmeos Felipe e Fernando. Fabiano 31 anos, mora numa casa própria, também na propriedade e é o braço direito do pai no dia a dia do duro trabalho de cuidar de duas granjas de frango de corte.

Já pela manhã, por volta das 10h15min, o calor na Serra de Santa Quitéria é intenso, aliviado apenas pela brisa suave do vento que bate na região montanhosa. Logo sou recepcionado por Dona Francisca, a esposa de Geraldo, que nos convida a entrar na casa e deixarmos a mochila no sofá. Ela pergunta se aceito um copo de café, digo meio sem jeito que

parei de tomar café por causa da pressão. Ao passo que Dona Francisca me oferece um copo de leite de cabra, que eu aceito prontamente, junto com um biscoito cocorote que acompanha o lanche.

Geraldo se senta ao meu lado e começamos a conversar um pouco sobre o trabalho com os frangos. Ele me informa que mais uma “carrada” está para ser tirada dos galpões (assim como são denominadas as granjas de frango de corte) “[...] os home tá para vir ainda hoje, mas só na noitinha”. Pioneiro na integração em Santa Quitéria, Geraldo é o único agricultor familiar integrado que estabeleceu parceria com as três agroindústrias que se sucederam na localidade, a saber, Granja Martins, Frangos Potiguar e atualmente Bonaves.

Na propriedade que possui duas granjas compradas com recursos da venda de uma propriedade rural de 2 hectares do casal, somados aos recursos, poupados em uma vida por ambos. Geraldo, juntamente com seu filho Fabiano, trabalha no manejo de aproximadamente 3.500 pintos por galpão. Enquanto isso, sua esposa, Dona Francisca cuida das criações de porcos, cabras, galinha capoeira e um boi capinadeira (ver Figura 4). Além dos animais, a família cultiva as lavouras de maracujá, macaxeira, fava, feijão verde e milho.

Figura 4: Dona Francisca e seu filho Felipe com a criação de cabras



Fonte: Arquivo próprio.

Sobre a safra do milho, o lamento é uma tônica nas falas de Geraldo e Dona Francisca. “Se não chover, a plantação vai se perder, e tudo vai secar. Ai só presta para dar pros bicho”,

diz Geraldo. Pergunto se o ano passado foi semelhante a esse, e ele diz: “Que nada, ano passado comemo milho a rodo”. É nítida a tristeza e indignação na fala do agricultor e nos semblantes dele e de sua esposa.

Geraldo me convida para buscarmos a balança (ver Figura 5) onde será pesada e posteriormente vendida a cama de frango. Saímos em uma charrete puxada pela velha burra. E em nossa companhia, o inseparável amigo de Geraldo, o cachorro rabito. Após rodarmos cerca de 10 minutos de charrete, chegamos a um sítio de um amigo de Geraldo, que naquele momento não se encontrava na propriedade. Todavia ele já havia deixado a balança num lugar visível e acessível para apanharmos. Confesso que o peso era significativo e tivemos um pouco de dificuldade de acomodá-la na charrete, porém, com a colaboração do cãozinho, rabito, tudo ficou mais fácil, pois ele pulou da charrete e liberou mais espaço para o serviço. Ao retornarmos à casa de Geraldo, desembarcamos da charrete e carregamos a balança para uma das granjas.

Figura 5: Indo buscar a balança



Fonte: Arquivo próprio.

3.2 Caracterização das famílias estudadas

Dentre as 20 famílias de agricultores estudados nesta pesquisa, tivemos a oportunidade de constatar a presença de uma certa homogeneidade no que concerne às culturas agrícolas mais cultivadas, sendo elas a fava, macaxeira, feijão, milho e principalmente o maracujá, e estando essas lavouras constantemente presentes nas respostas concedidas pelos agricultores. A presença de famílias pluriativas se deu a partir da constatação da existência de uma oficina mecânica, uma bodega e um lava jato concomitantes à prática da agricultura familiar.

A quantidade dos membros por unidade familiar, em média, girou em torno de 2,7 pessoas, estando entre os adultos a menor taxa de escolaridade, e nas crianças e adolescentes a maior. Todas as famílias entrevistadas possuem a propriedade das casas e terras, não encontrando casos de arrendatários, parceiros e nem usucapião. Entre essas famílias, a composição da renda se dá a partir das atividades agrícolas, associadas aos recursos provindos do programa bolsa família do governo federal, girando na média de um salário-mínimo por família.

Quanto à mão de obra utilizada, é quase unânime a composição estritamente familiar, com exceção da família proprietária da bodega e das duas famílias que desenvolvem a produção integrada de frangos de corte.

3.2.1 Famílias integradas, não integradas e desintegradas

Abordaremos as trajetórias dos três grupos largamente citados por esse trabalho, são eles: os agricultores familiares que desenvolvem para seu sustento e de sua família apenas atividades agrícolas; aqueles que, além da agricultura, desenvolvem atualmente a atividade produtiva relacionada à produção integrada de carne de frango; e, por fim, os agricultores que, “em algum momento”, trabalharam como produtores integrados, todavia hoje já não o fazem, denominados por esta pesquisa de “agricultores desintegrados”. O intuito, dessa maneira, é traçar não só o perfil desses grupos, como conhecer suas trajetórias de vida, razões, motivações, satisfações e insatisfações.

3.2.2 Agricultores familiares não integrados

Dentro de um universo de 82 famílias existentes na Serra de Santa Quitéria, das quais 20 delas foram entrevistadas para essa pesquisa (a partir do critério de disponibilidade em conceder as entrevistas dentro de um contexto pandêmico), temos um total de 13 que se enquadram no grupo de agricultores familiares que não desenvolvem e/ou nunca desenvolveram atividades produtivas relacionadas à cadeia agroindustrial de frangos de corte. Neste trabalho, esse grupo majoritário se caracteriza por uma certa homogeneidade no que se refere às culturas agrícolas por eles produzidas, com destaque para a fava, feijão, milho, macaxeira e, principalmente, maracujá. Os agricultores familiares entrevistados são, na sua totalidade, proprietários de suas terras, não havendo a constatação da existência de arrendatários, parceiros ou posse por usucapião. As propriedades possuem, em média, 7,4 hectares de terra.

No quesito “renda da família”, há um empate entre o grupo cuja renda familiar é igual a 1 salário-mínimo por família, correspondendo a 6 famílias, e o grupo cuja renda é menor que 1 salário-mínimo por família, outras 6 famílias. Sendo apenas uma família detentora de uma renda acima de 1 salário-mínimo.

A média de integrantes por família gira em torno de 2,7 pessoas. Das 13 famílias entrevistadas, 9 são beneficiárias do Programa Bolsa Família do governo federal. Duas são mantidas por aposentadorias pagas pela previdência social, uma é constituída por um agricultor recém viúvo, cuja aposentadoria recebida pela esposa foi recentemente cancelada, e outra família é composta por agricultores familiares pluriativos, cuja renda é constituída de recursos aferidos por uma oficina mecânica, somada ao salário de agente comunitário recebido pela esposa.

Quanto ao quesito “escolaridade”, os dados demonstram existirem 3 famílias cujas mulheres alcançaram maior grau de escolaridade (ensino médio completo), sendo os homens detentores de menor grau, 5 analfabetos e o restante ensino fundamental incompleto. A média de filhos por família gira em torno de 1,18, compreendendo um total de 11 crianças e/ou adolescentes. Com destaque para a evidência de que em todas as residências visitadas as crianças e adolescentes estão matriculadas em escolas públicas.

No quesito “sindicalizado”, com exceção de duas famílias cujos agricultores são aposentados, 8 famílias possuem ao menos um integrante sindicalizado e, em outras três, nenhum membro é sindicalizado e/ou paga sindicato.

3.2.3 Agricultores integrados

Atualmente, na localidade, consta a existência de três granjas de frango de corte em plena produção, com a capacidade de 3.500 animais cada uma. Sendo duas delas pertencentes à família do agricultor Geraldo Fernandes de Lima, e uma pertencente ao agricultor familiar Valderi Galdino de Oliveira, o branquinho. Valderi Galdino, de 31 anos, é casado com Marisete Galdino, de 30 anos, pais de Ana e Amanda, com 12 e 3 anos respectivamente. Valderi possui o ensino fundamental incompleto, enquanto sua esposa completou o ensino médio. Sua filha Ana está no sexto ano do ensino fundamental.

A renda da família se situa acima de 1 salário-mínimo, originada pelos recursos provindos da agricultura integrada de frango de corte. Nos 4 hectares da propriedade familiar, a produção agrícola gira em torno do cultivo de feijão, macaxeira e maracujá. Na produção de frango da única granja da família Galdino, a mão de obra é parcialmente familiar, justamente

por causa da contratação de um trabalhador para o apoio no manejo dos animais. Atualmente, Valderi encontra-se sindicalizado.

Já a outra família de produtores integrados é constituída pelos agricultores familiares: Geraldo Fernandes de Lima, 57 anos, analfabeto, Francisca Gomes de Araújo Lima, 56 anos, ensino fundamental incompleto, e os gêmeos Felipe Araújo de Lima e Fernando Araújo de Lima, 15 anos, ambos com ensino fundamental em curso.

Na propriedade de aproximadamente 4 hectares de terra, além da produção integrada de 7 mil frangos (3.500 cada granja), a família trabalha na lavoura de feijão, milho, macaxeira, maracujá e fava, assim como na criação de 3 cabras, 6 porcos, algumas galinhas de capoeira, 3 patos e um garrote. Tanto no caso de Valderi, quanto de Geraldo, a água utilizada para o consumo e produção é adquirida em açudes fora do município de Coronel Ezequiel, mais constantemente no sítio Narciso, na zona rural do município de Picuí, PB.

Com a recente aposentadoria de Dona Francisca, os recursos provindos do Programa Bolsa Família foram suspensos, enquadrando-se a unidade familiar, no quesito “renda da família”, no perfil acima de 1 salário-mínimo, quando somados aos recursos aferidos pelas duas granjas. Geraldo é recém sindicalizado, pois há muitos anos acreditava que a contribuição da esposa por meio do sindicato garantiria as duas aposentadorias. Na propriedade da família, ainda reside em casa separada o jovem agricultor Fabiano Araújo de Lima, com 30 anos, solteiro e com ensino fundamental incompleto. Fabiano trabalha na produção integrada de frango de corte junto a seu pai em troca da remuneração de um salário-mínimo por cada lote produzido pelas duas granjas.

3.2.4 Agricultores desintegrados

Nesse terceiro grupo, encontram-se os agricultores familiares que em algum momento de suas trajetórias desenvolveram atividades relacionadas ao processo produtivo integrado de frango de corte, sejam como proprietários das granjas ou trabalhadores contratados.

José Marcos de Lima Costa, mais conhecido por Marquinhos, tem 29 anos, ensino médio incompleto, casado com Tais Priscila da Costa, de 29 anos, ensino médio incompleto, e são pais da jovem Paula Fernanda, de 11 anos, com ensino fundamental em curso. José Marcos costuma migrar para Santa Catarina para trabalhar em indústrias do estado. Foi dessa forma que, em 2014, ele conseguiu o montante necessário para a construção de uma granja para 3.500 animais. Após dois anos de trabalho integrado, a propriedade foi vendida, juntamente com a granja, e os recursos revertidos num empreendimento de lava jato, e é daí que a família retira sua renda. José Marcos é um agricultor pluriativo, em seus 4 hectares, cria porcos, assim como

o cultivo das lavouras de feijão, milho, fava e maracujá. A família declara não ser beneficiária de nenhum programa de distribuição de renda.

A antiga propriedade de Marquinhos foi vendida em 2016 para o agricultor João Sabino de Oliveira Ferreira, 71 anos e analfabeto, casado com Maria Imaculada, 55 anos, com ensino fundamental incompleto. Atualmente Sabino é aposentado e recebe um salário-mínimo da previdência social. E em seus 7 hectares de terra, cultiva macaxeira, milho, fava, feijão e maracujá. No curto espaço de tempo de aproximadamente 2 anos, Sabino chegou a trabalhar com duas agroindústrias na localidade, Frangos Potiguar e Bonaves. Como a propriedade comprada por ele já continha uma granja com capacidade para 3.500 animais, Sabino não precisou arcar com os custos de sua construção. Todavia, o lucro obtido com a granja era pouco, e Sabino desistiu do negócio. Nessa época, o agricultor familiar Moabe de Oliveira Ferreira, de 25 anos e ensino fundamental incompleto, casado com Elisete Ferreira da Cruz, de 23 anos e ensino médio completo, e pais de Sara Mayele Oliveira Crus, de 2 anos, ainda era solteiro e trabalhava com seu pai João Sabino, na granja da família.

Outro agricultor familiar que possui larga experiência com a integração de frango de corte é Clovis Gomes de Araújo, 62 anos, analfabeto. Clovis é divorciado, pai de duas filhas e reside sozinho numa casa dentro da propriedade de seu pai, Manoel Gomes de Araujo, 95 anos, o Seu Caboclo. Clovis desenvolve atividades temporárias para seu cunhado Geraldo (proprietário das duas granjas): varrição e lavagem das granjas após a retirada dos animais e eventuais substituições de Geraldo ou Fabiano no manejo dos frangos. Atualmente, ele está tentando sua aposentadoria, dificultada pela não comprovação de trabalhos temporários na construção civil desenvolvidos em São Paulo. Agricultor pluriativo, ele realiza pequenos bicos na agricultura, em sítios de Coronel Ezequiel e do município de Jaçanã, no Rio Grande do Norte, assim como ofícios de pedreiro, pintor e marceneiro (Ver figura 6).

Figura 6: Agricultor familiar Clovis Araújo rebocando uma casa



Fonte: Arquivo próprio.

3.3 O início da produção integrada na localidade

A presença de agroindústrias de frango de corte na Serra de Santa Quitéria se deu a partir do ano de 2012, através da integradora parceira, Granja Martins (ver Figura 7), situada no município de Jaçanã, no Rio Grande do Norte. Nesse ano, a integração na localidade contabilizava apenas 2 granjas de frango de corte, com capacidade para 7.000 animais no total, e de uma família específica, a do agricultor familiar Geraldo Fernandes de Lima, 57 anos, que, com recursos próprios e de sua esposa Francisca Gomes de Araujo Lima, 56 anos, construiria dois galpões, num investimento alçado em, aproximadamente, R\$ 30.000,00 cada unidade produtora.

Todavia, a produção integrada se deu por apenas 2 anos, tendo a empresa encerrado suas atividades definitivamente por falta de capital para a manutenção dos insumos básicos (pintinhos de um dia, ração e assistência técnica/veterinária), assim como de toda logística necessária para os abastecimentos e retiradas dos frangos, entrando a agroindústria Granja Martins rapidamente em insuficiência financeira.

Figura 7: Filhos de Geraldo com a camiseta da granja Martins



Fonte: Arquivo próprio.

No ano de 2014, vendo seus investimentos estagnados por falta de produção, o agricultor familiar Geraldo Fernandes saiu à procura de uma nova agroindústria que comportasse as duas granjas de frango de corte da família, acabando por encontrar, no município de Santa Cruz, RN,

a empresa integradora Frangos Potiguar (ver Figura 8). Essa parceria beneficiou não apenas Geraldo, pois o agricultor familiar José Marcos de Lima Costa, 29 anos, também conhecido por “Marquinhos”, através de recursos aferidos em trabalhos temporários por indústrias do estado de Santa Catarina, conseguiu juntar o montante necessário para a construção de uma granja que comportasse 3.500 animais. Exemplo rapidamente seguido pelo agricultor Valderi Galdino de Oliveira, 31 anos, mais conhecido por “branquinho”, que, com recursos próprios, empreendeu uma granja com a capacidade total de 3.500 animais para dar início à parceria integrada junto à agroindústria Frangos Potiguar. Mas à frente, seguindo o exemplo de seu sogro, Geraldo, e dos demais agricultores locais, o jovem agricultor Adriano, à época com 32 anos, colocou à venda uma residência no município de Nova Floresta, PB, e, juntamente com os recursos aferidos por um empréstimo consignado, realizado por sua mãe, Dona Genilda, viabilizou a construção de uma granja de frango de corte com capacidade para 3.500 animais.

Figura 8: Caminhão da empresa Frangos Potiguar



Fonte: Arquivo próprio.

No ano de 2016, dois anos após a parceria integrada junto à agroindústria Frangos Potiguar, o agricultor Marcos de Lima Costa, o Marquinhos, pôs à venda sua propriedade rural juntamente com a granja, e retornou à Santa Catarina para o trabalho temporário em indústrias do estado. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo e entender os reais motivos de sua desistência da integração. Pergunto à Marquinhos o porquê do encerramento da produção integrada e ele responde: “Conheci os galpões através de Geraldo. Desisti do frango porque água tava muito cara, energia cara, cama de frango, tudo pesava. A única vantagem era tá em

casa trabalhando. Mas a desvantagem era que a quantidade de frango que era pouco, e o lucro pouco”. (Atualmente, Marquinhos se dedica a trabalhar em seu negócio de lava jato (ver Figura 9) e na produção agrícola de feijão, milho, macaxeira, fava e maracujá nos 4 hectares de terra que possui).

Figura 9: Lava jato de Marquinhos



Fonte: Arquivo Próprio.

A granja de Marquinhos foi vendida para o agricultor familiar João Sabino e seu filho Moabe, todavia ambos só trabalharam com frango por aproximadamente 2 anos até a aposentadoria de Sabino. Logo a propriedade com os galpões foi vendida, e hoje segue sem produção. “Esse negócio de frango dá certo se é muito, o nosso era pouco e por isso se recebia pouco” nos explica Sabino.

Em 2018, Adriano, o genro de Geraldo, que havia se desfeito de um imóvel em Nova Floresta e contraído dívida através de um empréstimo consignado, realizado por sua mãe, para construção de uma granja, viu seu sonho se desfazer a partir de um assalto sofrido pela família. Assustado com o ocorrido e sem perspectivas para o prosseguimento dos negócios, Adriano vendeu os aparatos de sua granja, tais como telhas, madeiras, lonas, mangueiras, comedouros e bebedouros (tendo em vista não ser dono da terra), e seguiu, juntamente com sua esposa, rumo ao estado do Maranhão, mais precisamente para a cidade de Barra do Corda, para viver à base da produção e vendas, porta a porta, de coentro.

A empresa integradora Frangos Potiguar vinha realizando normalmente suas atividades até que, no ano de 2018, começou a apresentar dificuldades quanto à manutenção dos negócios, no que concerne ao cumprimento dos prazos de entrega de pintos de um dia, abastecimento de ração e pagamento aos agricultores integrados pelos lotes retirados após período de 45 dias de engorda dos animais.

Novamente, o agricultor familiar Geraldo Fernandes, vendo os empreendimentos da Família ameaçados pelo risco iminente de insolvência financeira de uma nova integradora, viu-se forçado a desistir da parceira integrada e partiu rumo ao município de Santa Cruz, RN (que à época já se despontava como um pólo gerador de agroindústrias de frango de corte), à procura de uma nova integradora capaz de fornecer os insumos básicos para a continuidade dos negócios. Chegando lá, eis que Geraldo conheceu e estabeleceu parceira com a agroindústria Bonaves (ver Figura 10), fundada em agosto de 2013 por Adrielmo Guilherme de Macedo, e situada no Sítio Mulungu, zona rural do município de Santa Cruz-RN.

Figura 10: Abatedouro Bonaves



Fonte: Paroquia de Santa Rita de Cássia, RN.

Atualmente, na Serra de Santa Quitéria, encontra-se, em plena produção de frango de corte, apenas 3 granjas (ver Figura 11), duas pertencentes à família do agricultor Geraldo Fernandes e uma à do agricultor Valderi Galdino de Oliveira, o “branquinho”. As três granjas comportam aproximadamente 3.500 animais cada uma, todavia os agricultores entrevistados relataram que, por muitas vezes, o limite de cada granja é ultrapassado, podendo comportar até 4.000 animais cada aviário.

Essas três granjas firmaram parceria com a agroindústria Bonaves, ficando a empresa responsável pelo fornecimento dos insumos essenciais para a produção integrada, a saber, pintos de um dia, ração, assistência técnica/veterinária, medicamentos e toda logística de entrega e retirada dos animais. Cabendo aos agricultores familiares integrados a

responsabilidade pela engorda dos frangos, os custos com a água, energia elétrica, lenhas (para a produção de calor), compra da cama de frango e etc.

Figura 11: Granjas com as aves



Fonte: Arquivo próprio.

3.4 Estratégias financeiras para a viabilização dos aviários

Das 20 famílias de agricultores entrevistados na Serra de Santa Quitéria para esta pesquisa, podemos perceber que (exceto os aposentados pela previdência social) todos os demais gostariam de instalar uma granja de frango de corte em suas propriedades. Todavia, os custos alcançados em aproximadamente R\$ 30.000,00 por aviário acabam inviabilizando a concretização desse objetivo para maior parte dessas famílias.

A totalidade dos entrevistados que trabalham e/ou trabalharam com a agroindústria integrada à agricultura familiar do frango de corte relataram terem tido muitos empecilhos em adquirir empréstimos bancários para a construção das granjas, e nenhuma delas teve sucesso nesse sentido. Dessa maneira, enquanto alguns agricultores precisaram migrar temporariamente para o trabalho nas indústrias do Sul do país, para conseguir juntar o montante necessário (como no caso do agricultor Marquinhos), outros colocaram imóveis à venda nas cidades e/ou terrenos na zona rural (Geraldo e Adriano), somados a montantes poupados de uma vida inteira de trabalho árduo no campo (Francisca, João Sabino e Moabe).

Para compreendermos essas barreiras encontradas pelos agricultores familiares, fomos atrás dos relatos deles, alinhados com as respostas fornecidas pelo sindicato da categoria, localizado no município de Coronel Ezequiel. Em todos os relatos analisados, a partir das entrevistas concedidas, podemos perceber certos padrões nas respostas fornecidas quando o assunto estava relacionado aos temas “empréstimos bancários” ou “linhas de crédito”. A

dificuldade apresentada pelos agricultores familiares estava sempre relacionada ao tipo de DAP-Declaração de Aptidão ao Pronaf possuída por eles.

Segundo o portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. A DAP é a porta de entrada do agricultor familiar para as políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Como uma identidade, o documento tem dados pessoais dos donos da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda da família. É com esse documento que os agricultores familiares garantem acesso a linhas de crédito para sua produção.

Associadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Coronel Ezequiel-RN, consta a existência de 1.200 famílias filiadas e enquadradas na DAP-B, junto ao MDA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Responsável pelo cadastramento dessas famílias, o funcionário do sindicato, Severiano, nos informa, em entrevista concedida na sede do sindicato, que:

Oferecemos linhas de crédito de até R\$ 5.000,00 para quem tem DAP-B junto ao MDA, em parceria com o Banco do Nordeste, com carência de até 2 anos. No final o agricultor pagará apenas R\$ 3.000,00. O faturamento dessa família tem que estar em torno de R\$ 2.500,00 a R\$ 8.000,00 por ano (SEVERIANO, 2021).

Ao questionar Severiano sobre a impossibilidade de construção das granjas com esse valor oferecido, começo a compreender as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares em obter linhas de crédito com valores maiores a partir da resposta fornecida por ele:

O agricultor pode solicitar a mudança de DAP-B para DAP-V, porém essa solicitação tem que ser acompanhada de uma série de documentos e notas fiscais que comprovem um faturamento no ano anterior entre R\$23.000,00 a R\$ 470.000,00. As linhas de créditos oferecidas serão de até R\$ 250.000,00. Todavia, a partir do momento em que o agricultor migrar da DAP-B para a V ele perde o direito de receber qualquer auxílio do governo federal, tal como o Programa Bolsa Família por exemplo. E a mudança de DAP não permite o retorno para a anterior (SEVERIANO, 2021).

Dessa maneira, podemos constatar, a partir das informações coletadas em campo, que entraves burocráticos como comprovações por notas fiscais e balanços de faturamentos (práticas pouco cristalizadas na produção de caráter familiar), assim como limitações financeiras relacionadas à Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP acabam se tornando impeditivos para essas famílias que vislumbram aumentar ou diversificar sua produção no campo.

3.5 Características do sistema integrado na Serra de Santa Quitéria

Ao ser implantado na agricultura familiar da Serra de Santa Quitéria, o sistema integrado apresenta contornos próprios dessa estratégia produtiva, assim como das especificidades locais, a partir de características bem diferentes daquelas encontradas no que se convencionou denominar por esse trabalho de “modelo clássico sulista”.

Como vimos anteriormente, a partir de diferentes estratégias financeiras, os agricultores familiares conseguiram, com muitas dificuldades, estruturar suas granjas de frango de corte. A ausência de linhas de crédito e dos escassos recursos financeiros das famílias acabaram contribuindo para a consolidação de certo “padrão artesanal” dos aviários, facilmente observável a partir dos seguintes elementos:

a) A utilização de grandes tambores de ferro como fornos improvisados para o fornecimento de calor através da combustão da lenha dos cajueiros mortos (pela ausência de aquecedores elétricos);

b) O uso de ventilação natural nos galpões a partir da inexistência de climatizadores, exaustores e/ou ventiladores;

c) O descarte improvisado dos frangos mortos por razões naturais, em detrimento da devida compostagem dos animais;

d) Na ausência de silos automatizados para o abastecimento de ração, a utilização de tração animal para as atividades diárias de carga e descarga de ração, assim como da cama de frango, lenha e demais ferramentas de trabalho.

É necessário ressaltar que, a partir de suas limitações financeiras, os agricultores familiares da Serra de Santa Quitéria acabaram trazendo para a prática do dia a dia, no manejo dos animais, não só as ferramentas disponíveis para tal, como também a criatividade nascida da necessidade.

Como citado anteriormente por este trabalho, diferentemente das agroindústrias sulistas onde os contratos são regidos por cláusulas alicerçadas na Lei n. 13.288, de 16 de maio de 2016 (que dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores), na Serra de Santa Quitéria, as parcerias entre agroindústria e agricultores familiares são estabelecidas apenas verbalmente (assim como as contratações de terceiros, por parte dos agricultores, para a realização de serviços específicos relacionados à higienização dos aviários).

3.5.1 Conhecendo algumas fases do processo produtivo integrado

Chegamos na Serra de Santa Quitéria já quase no fim de um período de engorda. Pequenos e um pouco magros, o aspecto dos frangos (ver Figura 12) demonstrava uma perceptível insuficiência alimentar. Pergunto a Geraldo o motivo da magreza dos animais, e ele responde: “É mode a ração tá pouca”. Passo o dia acompanhando o manejo dos frangos, que compreende uma frenética tentativa de engordá-los mais um pouco antes da retirada “prematura”, que compreendia naquele momento 34 dias de engorda.

Figura 12: Geraldo tangendo os frangos, com seu irmão Ciço a esquerda



Fonte: Arquivo próprio.

3.5.1.1 Venda da cama de frango

Como os animais foram segregados numa parte isolada das granjas, fica mais fácil o manejo e venda da cama de frango mesmo antes da retirada das aves. A cama de frango, composta pelo substrato da cana de açúcar serve para acomodar os frangos durante o período de engorda (que pode variar entre 45 a 50 dias), sendo vendida por quilo após o fim de cada lote.

A noite chega, o céu na Serra de Santa Quitéria é digno da apreciação do mais rigoroso dos astrônomos, repleto de estrelas e constelações. Esperamos, contudo o caminhão da integradora Bonaves não apareceu na propriedade.

No dia seguinte de nossa chegada, pergunto por Geraldo, que havia viajado “ao sertão” à procura de compradores para a cama de frango. À tarde, Geraldo chegou em sua moto, esbravejando de forma aborrecida: “Se oferecer R\$ 0,50 centavos eu vendo, por R\$ 0,40 centavos não tem negócio, não vendo”.

Por volta das 14h, chegou um caminhão com três homens. Estão ali para comprar a cama de frango. Antes da retirada, a cama é triturada, pesada, ensacada e vendida por R\$ 0,50 centavos o quilo. Fabiano me informa que, antes, esse serviço era realizado com enxadas e pá, mas agora eles possuíam uma das “raras inovações tecnológicas” presentes nos galpões, uma máquina motocultivadora à gasolina (ver Figura 13).

Figura 13: Triturando a cama de frango



Fonte: Arquivo próprio.

Após diversas passagens de ida e volta por toda extensão das granjas, a cama de frango está pronta para ser ensacada, pesada e transportada. Durante nossa pesquisa de campo, pudemos presenciar três compradores diferentes indo à procura desse material, muito precioso em tempos de seca intensa, e pouco procurado em tempos de fartura e chuva.

Figura 14: Pesagem da cama de frango



Fonte: Arquivo próprio.

No processo de pesagem, o serviço é árduo, pois cada saco sobreposto ao outro alcança o peso de aproximadamente 120 quilos (ver Figura 14). É preciso muita disposição para o serviço, e dessa vez valeria a pena todo o trabalho dispensado. Geraldo conseguiu negociar o quilo ao preço esperado, e, naquele dia, finalizou a venda do restante das duas granjas, que já contabilizavam aproximadamente 8 mil quilos de cama de frango vendida. Agora restava esperar a noite chegar para recepcionar os funcionários da empresa integradora Bonaves que retiraria o lote de frangos das duas granjas, num serviço cansativo e que varreria noite à fora.

3.5.1.2 Retirada dos frangos

Na Serra de Santa Quitéria, as noites são geladas, numa ventania com forte intensidade que bate nos rostos causando uma sensação de frio ainda maior. Por volta das 21h26min, o caminhão da Bonaves entrou na propriedade e a agitação na casa sede foi grande. “Mãe, os homens chegaram”; “Geraldo, acorda, vai lá chamar o Fabiano na casa dele”.

Abro a porta e caminho em direção às granjas. O caminhão me avista, sinaliza com os faróis e eu sigo em direção a ele. De longe, consigo visualizar seis homens, o caminhão estaciona, me aproximo e me identifico. Explico o sentido da pesquisa, e eles me deixam à vontade para acompanhar o trabalho.

Começo a tirar algumas fotos do caminhão. Sou convidado a adentrar a granja para capturar por um ângulo mais favorável o trabalho que irá se iniciar. Agradeço, porém, reforço que não quero atrapalhar a mobilidade dos trabalhadores.

Daniel, o motorista do caminhão (que também demonstra alguma liderança sobre os demais), carrega em suas mãos uma balança digital, depois alguns caixotes, tamboretas e muitos fios de extensões. A ordem é dada por ele: “Apaguem as luzes da granja. Pessoal, coloquem de 9 em 9 nos sacos”. Confesso não entender o porquê de apagarem as luzes e questiono Fabiano que está ao meu lado. Ele me diz que, ao apagarem as luzes, os frangos ficam desorientados e, com isso, fica mais fácil a captura.

Enquanto quatro homens capturam os frangos e colocam de 9 em 9 nos sacos, Daniel fica responsável pela pesagem e impressão dos tíquetes (ver Figura 15). No lado de fora, em cima do caminhão, um outro trabalhador os recebe dentro dos sacos e os acomoda nos caixotes emparelhados (ver Figura 16). Nesse momento, dois fatos me tomam a atenção: a incrível precisão na captura dos animais e o frio gélido que faz naquela noite.

Figura 15: Pesagem dos frangos



Fonte: Arquivo próprio.

Figura 16: Acomodação dos frangos



Fonte: Arquivo próprio.

A retirada dos frangos continua madrugada adentro. Para combater o frio intenso que chega a “gelar os ossos”, nada melhor do que um pouco de humor e perseverança. “Vamos rapaziada, quero terminar isso ainda hoje”; “Quero tomar um banho, tirar esse cheiro de frango e cair na cama”. Exclama Daniel.

A pressa de chegar e acompanhar o trabalho de retirada dos frangos fez com que esse que vos escreve não se agasalhasse adequadamente, e o frio não perdoa os desavisados. Vou fotografando cada etapa do processo, todavia começo a tremer as mãos e pernas. Retorno à casa sede em busca de um agasalho. Apanho o agasalho e um bloco menor, e ali escrevo meus contatos para posteriormente entregar ao chefe da equipe.

O caminhão manobra para estacionar próximo à segunda granja. O motorista pede para que eu desligue minha lanterna. Obedeço prontamente. Novamente, as lâmpadas são desrosqueadas e a fiação elétrica é ligada às extensões para que a balança digital funcione.

Durante o processo de captura dos frangos, pergunto ao chefe da equipe o peso médio de cada animal. Ele retira o aparelho celular do bolso interno da jaqueta, olha as fichas de contagem e, após alguns segundos, me diz: “É um quilo e novecentos gramas”. Eu agradeço e ele prossegue: “É tudo franga, por isso é mais leve, os frangos a gente já tirou tudo”. É perceptível o impacto, nessa baixa pesagem, da falta de farelo de milho no mercado, o que acaba por precipitar a retirada dos animais num curto espaço de tempo (entre 34 e 38 dias para as duas granjas da propriedade), impactando o preço e peso final dos animais, que irá variar entre 1,6 kg a 1,9 kg, bem diferente dos 2,8 kg a 3,0 kg de uma retirada que compreenda os 45 dias completos.

Aproveito o diálogo estabelecido com Daniel para informar que tentei, por diversas vezes, sem sucesso, entrar em contato com Adrielmo (proprietário da Bonaves). Ele pergunta por qual maneira? Eu respondo que por e-mail. Daniel se prontifica a avisar Adrielmo, entrego a ele o papel com meus contatos e agradeço.

O frio dificulta o trabalho. Percebo os funcionários esfregando as palmas das mãos, o jeito é distrair a temperatura baixa com mais piadas e brincadeiras. Alguém diz: “Tu tá mais fedido que esse caminhão”. Todos sorriem. Daniel dá uma injeção de ânimo na equipe: “Bora pessoal, daqui a pouco estaremos em casa”.

Pergunto à Fabiano que está ao meu lado acompanhando o trabalho de retirada e pesagem dos animais o porquê de o trabalho ser realizado de noite e não durante o dia? Fabiano me explica: “É mode que os home não pega” Questiono, pegar? Por quê? Fabiano completa: “De dia, tem que apresentar nota fiscal para os home, a papelada. De noite não tem fiscal trabalhando”. Balanço a cabeça afirmativamente e continuamos acompanhando o trabalho.

Fabiano se ausenta por um instante, foi buscar água para os trabalhadores. Retorna com um galão de água e alguns copos de vidro. Os trabalhadores param rapidamente para beber água, e o serviço é retomado imediatamente. Todos têm pressa para acabar e voltar para casa.

Daniel bate as palmas das mãos e diz: “Vamos gente, amanhã é dia de folga, amanhã vou fazer um churrasco”. Todos festejam. “Eh coisa boa”, “Tô lá”.

O tempo passa e o serviço acelera a seu próprio ritmo. Já são 22h37min e ainda faltam muitos frangos a serem pesados. Fabiano retorna à casa sede em busca de uma garrafa de café, para “esquentar” o frio. Mais uma parada para descanso e tomar um café. O serviço varre a noite. Exatamente às 23h36min a equipe encerra as atividades. O chefe entrega a Fabiano uma ficha com o resultado da pesagem das duas granjas. Observo que ainda restaram alguns animais, que, no dia seguinte, serão pesados e encaixotados no caminhão.

3.5.1.3 Higienização das granjas

Mesmo após a retirada dos animais e da cama de frango, o trabalho não termina. Agora é hora de varrer e lavar as granjas (ver Figura 17) para a chegada do próximo lote ou “carrada de pinto”, como os agricultores denominam. Para esse serviço, todos da família são escalados, ou quase todos, pois um dos gêmeos tem sérios problemas pulmonares e do coração, sendo assim, a família decide poupá-lo desse serviço em virtude da poeira.

Fabiano, seu tio Clovis, Dona Francisca e Geraldo se empenham em terminar o serviço de limpeza das granjas o mais rápido possível, pois, o quanto mais rápido se termina, mais tempo terão para uns dias de descanso até a chegada do novo lote de pintos.

Figura 17: Varrição e lavagem das granjas



Fonte: Arquivo próprio.

Primeiramente, a granja é varrida em toda sua extensão para a retirada dos resíduos da cama de frango. Em seguida, as lonas são baixadas para que recebam um banho d'água. Assim como os bebedouros e comedouros de ração, que deverão ser higienizados individualmente. Para a limpeza, é utilizado um saco pequeno de sabão em pó em cada granja. Metros e metros de mangueiras são esticadas por todo o galpão. Enquanto Geraldo esguicha a água por cima do sabão em pó, seu cunhado Clóvis vai esfregando o chão e puxando a água com um rodo. Nenhum detalhe passa despercebido, é necessária atenção para que sejam retirados todos os resíduos de cama de frango e fezes dos animais, para a acomodação dos novos pintinhos que chegarão. Muitas vezes esse serviço é realizado por trabalhadores terceirizados pelos integrados.

3.5.1.4 Compra dos insumos básicos

Após a devida higienização dos dois galpões, ambos estarão aptos ao recebimento de um novo lote de pintinhos de um dia. Pela própria imprevisibilidade da data exata de chegada de um novo lote, os agricultores integrados precisam se antecipar e prover as granjas com os insumos básicos essenciais para a produção, a saber, água e cama de frango (tendo em vista que o farelo de milho é de responsabilidade da empresa integradora). Dessa maneira, é necessário a compra inicial de ao menos uma “carrada” de água (ver Figura 18) para abastecer uma das três cisternas, com capacidade para 22 mil litros de água, cada. Assim como a compra de meia carrada de cama de frango. Dessa forma, o agricultor precisa ter um capital de giro que possibilite esses gastos antes mesmo de ser remunerado pelo último lote de frango retirado.

Figura 18: Abastecimento de água para as granjas

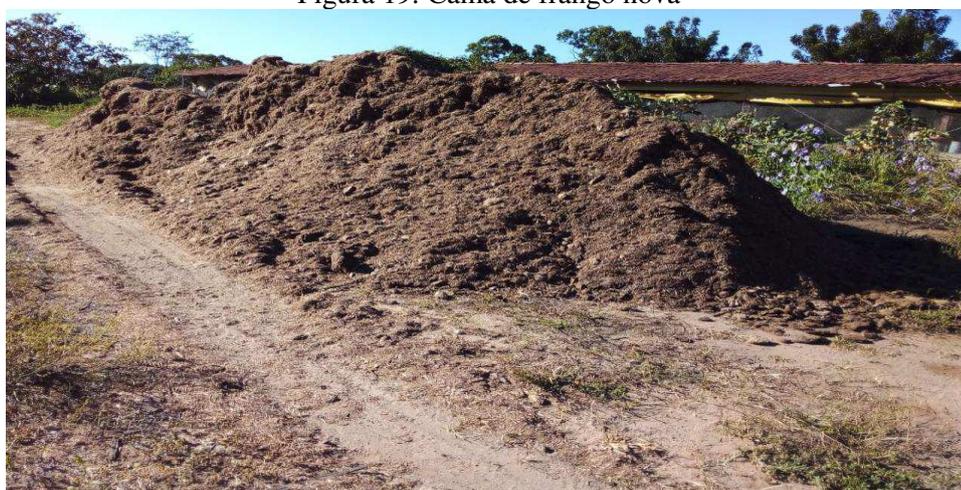


Fonte: Arquivo próprio.

Em Coronel Ezequiel, a água adquirida pelos produtores é comprada em açudes localizados em outros municípios, principalmente na zona rural do sítio Narciso, em Picuí. Dessa maneira, a água chega aos agricultores familiares com um preço elevado, custando em torno de R\$ 100,00 o caminhão pipa, chegando a R\$ 180,00 em épocas de estiagem forte.

O mesmo ocorre com a cama de frango (ver Figura 19), que, em épocas de seca intensa, chega a custar até o dobro do preço pago em períodos de boas precipitações de chuva, atingindo seu preço médio em aproximadamente R\$ 1.500,00 meia carrada.

Figura 19: Cama de frango nova



Fonte: Arquivo próprio.

3.6 Relações de poder e subordinação

Quando se trata da subordinação imposta aos agricultores familiares pelo movimento do capital financeiro e industrial das médias e grandes agroindústrias, faz-se necessário entendermos as transformações impostas tanto nos processos produtivos, quanto nas relações sociais de produção estabelecidas. Partindo dessa perspectiva, Buriti e Silva (2017), enfatizam ser a subordinação um processo estrutural e multifacetado, que possui um sentido, uma dimensão e um objetivo para cada momento do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Dessa maneira, os autores destacam três diferentes estágios do processo de subordinação no campo que, segundo eles, representariam, além das etapas do movimento da expansão do capital no campo, também os elementos chave que promoveriam a transformação social do produtor familiar:

Em seu estágio primário, a subordinação expropria e expulsa o camponês para que o capital possa se apropriar de elementos essenciais à sua reprodução, como a posse da terra e os recursos do território. Em um segundo estágio, a subordinação condiciona o camponês à submissão, o transformando em um sujeito integrado ao modo de produção capitalista, em um dos pilares da interiorização e da territorialização do

capital e, de acordo com os pressupostos do debate teórico-ideológico atual, em membro de uma nova categoria social, a agricultura familiar. Já em seu terceiro estágio, a subordinação é imposta pela sujeição da agricultura familiar às relações capitalistas estabelecidas com médias e grandes empresas do setor agroindustrial, onde a dependência da reprodução socioeconômica do produtor familiar das formas integradas de produção é usada como estratégia para intensificar a difusão de vetores técnicos e normativos que elevam os níveis de modernização e de capitalização no campo (BURITI; SILVA, 2017).

No processo produtivo da criação de frangos de corte, de modo integrado, na Serra de Santa Quitéria, o contexto não se difere, pois o produtor familiar está subordinado à agroindústria integradora tanto no que diz respeito aos aspectos econômicos, quanto aos técnicos, assim como os insumos básicos necessários para a engorda, entre eles: pintos de um dia, ração de farelo de milho, medicamentos, etc. Essa relação, muitas vezes conflituosa e claramente assimétrica, extrapola os limites da parceria integrada ao permitir, por exemplo, imposições aos agricultores familiares por parte das agroindústrias integradoras quanto a criações de outros animais nas propriedades rurais, tais como porcos e galinhas capoeiras.

Nesse sentido, no que concerne à produção familiar integrada à agroindústria, existiriam dois tipos de subordinação, *a direta* e *a indireta*. Na subordinação direta, a internalização das decisões por parte das empresas integradoras se realiza através de regras informais que servem ao funcionamento das relações de produção. Já na subordinação indireta, as imposições são construídas de forma gradativa, através de um conjunto de práticas que atuam no sentido de reestruturar o território de acordo com os interesses do capital agroindustrial. Conforme esse propósito, um dos fatores que evidenciam a subordinação do produtor familiar é a sua transformação em empresários rurais (BURITI; SILVA, 2017).

Bruno (2016), destaca que será a partir de dois elementos que se completam, que são os “contratos de integração”, celebrados no interior das cadeias produtivas dos complexos agroindustriais (CAIs), e a filiação à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que corporificaria as relações de subordinação entre agricultores familiares e empresários agroindústrias. Nesse sentido, a autora enfatiza que, tendo as decisões concentradas nas mãos das grandes cooperativas, os agricultores apenas se submeteriam a elas estando os mesmos na base da organização. Seria ainda a partir do discurso da solidariedade entre classes que se perpetuaria a obediência desses trabalhadores às cooperativas, reforçando, ao mesmo tempo, a assimetria entre o agricultor vocacionado (apto à integração) e o não vocacionado (voltado para a produção de subsistência).

3.6.1 O árduo trabalho no dia a dia de uma granja..

A produção integrada à agroindústria apresenta elementos intrínsecos que, por si próprios, inferem relações de subordinação e dependência. Para melhor compreensão do enunciado, cabe a nós destacá-los a seguir: garantia de venda integral da produção e exclusividade de compra; cumprimento de metas e resultados; dependência dos insumos básicos; ausência de direitos trabalhistas; dependência financeira e verticalização de poder, entre outros.

Dessa forma, a produção de caráter familiar, quando relacionada à agroindústria, acaba não apenas reproduzindo tais elementos, como potencializando suas disparidades. É nesse setor econômico que o capitalismo agroindustrial auferir altos lucros através de relações alicerçadas numa espécie de “assalariamento disfarçado”, perpetuado por uma, cada vez menor, redução da autonomia das famílias de produtores rurais nos processos decisórios.

Na Serra de Santa Quitéria, essas relações dicotômicas não poderiam ser diferentes, encontrando-se os agricultores familiares sem nenhuma ferramenta que ao menos possibilite o nivelamento de poder e autonomia em relação à empresa integradora, como já prescreve a letra da Lei n. 13.288, de 16 de maio de 2016, sobre a “Integração vertical no Brasil”. Um importante instrumento de equidade de poder previsto na referida lei, a CADEC-Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração, inexistente nessa localidade, tampouco a presença de qualquer outro instrumento equivalente.

O aumento das exigências de desempenho na produção de frangos de corte por parte da agroindústria aos agricultores familiares acaba agravando as situações de insalubridade vividas no dia a dia por esses trabalhadores. Tanto as duas famílias integradas de frango de corte atualmente em produção na Serra de Santa Quitéria, quanto os agricultores desintegrados entrevistados por este trabalho relataram a existência no processo produtivo de exigências quanto ao peso mínimo dos animais, práticas de engorda e proibições, por parte da integradora, quanto a criações de alguns animais em suas propriedades. A prática da engorda, hora em hora, dos pintinhos de um dia (durante a primeira semana da chegada dos animais) provoca nos agricultores integrados “acentuados desgastes físicos e mentais”, tendo em vista a repetição diurna e noturna da prática a cada período de 60 minutos, que consiste em tanger os animais deitados para que se levantem e realizem uma alimentação forçada. Da mesma forma está o contínuo manejo de pesados sacos de ração e cama de frango que, sobrepostos, chegam a pesar até 120 quilos. Vale destacar também que é persistente a tentativa de proibição da empresa integradora quanto à criação, por parte dos agricultores integrados, de outras espécies de

frangos e porcos, sob o argumento de possíveis contágios nos lotes de frangos de corte (mesmo os agricultores obedecendo significativas distâncias entre os mesmos). Segundo os agricultores entrevistados, essa proibição acaba camuflando as reais intenções da empresa integradora, que é o medo da utilização da ração de farelo de milho para a alimentação de outros animais existentes nas propriedades.

Outro fator que torna o processo produtivo integrado insalubre é a queima da lenha de cajueiros mortos para a produção de calor, realizada dentro de grandes latões de ferro, localizados no interior das granjas. A prática serve para a regulação da temperatura corporal dos pintinhos de um dia durante a primeira semana de chegada. Contudo, o gás carbônico gerado pelo processo de combustão acaba criando condições insalubres de trabalho aos agricultores, tendo em vista as longas permanências deles no interior dos galpões para o abastecimento dos comedouros de ração e manejo das aves.

Cabe também destacar os contratos estabelecidos entre agroindústria integradora e agricultores integrados. Sendo regidos por acordos verbais, acabam não possuindo coberturas ou qualquer segurança jurídica quanto a questões importantes, tais como afastamentos por insalubridades, atrasos de pagamentos ou inadimplências, sinistros, falências, taxa de ociosidade, entre outros. Tampouco quaisquer aspectos relacionados aos direitos trabalhistas, como salário, férias, décimo terceiro, FGTS, etc. Da mesma natureza são as contratações de terceiros por parte dos agricultores integrados para trabalhos específicos, como: varrição, lavagem das granjas e retirada da cama de frango.

Após o período de 45 dias de engorda, os animais são transportados, em sua totalidade, das granjas integradas para o abatedouro da agroindústria Bonaves, localizado na zona rural do município de Santa Cruz, RN. Estando já em posse da totalidade dos frangos, a integradora chega a levar até duas semanas para efetuar o pagamento do lote processado aos agricultores. Todavia, cabe ao agricultor se deslocar por aproximadamente 50 km até a sede da agroindústria para receber, “em espécie”, o valor calculado a partir da relação peso/tempo de engorda de cada animal, o que acaba resultando numa média de R\$ 0,50 por frango de 2,8 kg, sendo essa a queixa mais comum ouvida pelos agricultores entrevistados, ou seja, a baixa remuneração recebida por cada animal.

Outra queixa que ouvimos bastante nos relatos dos agricultores integrados é a de que em algumas oportunidades, eles ficaram por longos períodos de até 2 meses sem receber nenhum lote de pintinhos de um dia. Sendo que, na última oportunidade que esse fato se ocorreu, a explicação dada pela empresa foi a de que o preço do farelo de milho estava em alta no mercado, não compensando para a agroindústria a produção dos animais em grande escala.

3.6.2 O grau de satisfação dos agricultores

Nesta seção, iremos abordar “o grau de satisfação” dos agricultores integrados com a agroindústria do frango de corte ativamente em produção na Serra de Santa Quitéria. Vale destacar que, quando questionados sobre esse quesito, percebemos respostas um tanto quanto conflitantes a respeito do tema.

Geraldo Fernandes de Lima, pioneiro na localidade no que se refere ao manejo de frangos de corte a partir da parceria integrada, se diz satisfeito com o negócio, todavia pondera: “Na época do Frangos Potiguar, era muito bom. Os pintos chegava no prazo e era tudo retirado no tempo certo. Pagamento não demorava. Pagava até melhor. Mas o dono era abusivo”. Sobre os preços pagos por cada frango após 45 dias de engorda, Geraldo diz estar dentro da média esperada. Já seu filho, Fabiano Araújo de Lima, responsável pelo período noturno no manejo dos animais das duas granjas “não soube dizer”, quando questionado sobre o grau de satisfação com a parceria integrada. Mas, sobre os valores pagos por animal, ele responde estarem abaixo do esperado por ele.

A outra família integrada ativamente em produção na localidade é a de Valderi Galdino de Oliveira, mais conhecido por “branquinho”. Ao ser questionado sobre a satisfação com a parceria integrada, Valderi demonstrou em seu comportamento um pouco de indecisão, perceptível tanto em seu semblante, quanto na resposta, dizendo estar “um pouco satisfeito”, e completa: “É dali que tiro meu ganha pão”. Sobre os valores pagos pela integradora ele conclui: “Nem é muito, nem é pouco”.

Vale destacar que esse tema foi o que mais provocou desconforto nos entrevistados, conseguindo esta pesquisa, no máximo, extrair dos mesmos poucas respostas, um tanto quanto ambíguas ou, no muito, monossilábicas. A tensão nas faces dos agricultores ou uma espécie de medo era de fácil percepção. Mesmo sendo alertados previamente sobre o caráter meramente acadêmico deste trabalho, os agricultores familiares não se sentiam à vontade para responder, tanto sobre questões relacionadas à empresa propriamente dita, quanto sobre valores recebidos.

3.6.3 Estratégias de reprodução social das famílias

O meio rural brasileiro passou por intensas transformações a partir, principalmente, da década de 1970, em virtude do processo de modernização da agricultura. Esse processo ocorreu de forma desigual, favorecendo os produtos destinados à exportação e às regiões Sul, Sudeste e, posteriormente, ao Centro-Oeste e aos grandes e médios produtores rurais. Nesse contexto,

os agricultores familiares, de pequeno porte, foram excluídos do processo modernizante, tendo acionado diversas estratégias que possibilitam a sua reprodução social (HESPANHOL; SILVA, 2016).

Na Serra de Santa Quitéria, os agricultores familiares, no intuito de permanecerem no campo, acabam acionando uma série de estratégias que vão da diversificação da pecuária através da criação de caprinos, bovinos, suínos, patos e galinhas capoeira, à diversidade representada nos cultivos, através das plantações de maracujá, feijão, milho, fava, macaxeira, jerimum, etc. Todavia outras estratégias também são postas em prática pelos agricultores, a partir da constatação da existência de famílias pluriativas na localidade. Sendo a pluriatividade aqui entendida como o exercício de atividades não agrícolas, dentro ou fora das propriedades rurais (SCHENEIDER, 2009).

Nesse sentido, num universo de 82 famílias existentes na localidade, esta pesquisa se reportou a 20 famílias, das quais 3 delas possuíam características que as enquadravam como pluriativas, ou seja, as três famílias eram compostas por agricultores familiares que complementavam sua renda com atividades não agrícolas, dentro e/ou fora de suas propriedades: sendo uma família de agricultores possuidora da única bodega da localidade, a outra de um estabelecimento que funcionava como lava jato e oficina de motocicletas, e a última mantinha uma oficina mecânica e revenda de peças e acessórios para automóveis e motocicletas (somado à outra parte da renda familiar composta por remuneração recebida pela esposa em cargo concursado de agente comunitária de saúde).

Vale ressaltar que todas as famílias pluriativas citadas desenvolvem ativamente atividades agrícolas em suas propriedades, concomitante aos seus outros empreendimentos.

3.6.4 Lógicas próprias de organização da produção e do trabalho

A produção agroindustrial de frangos de corte, quando aplicada à agricultura familiar, tem aferido significativos ganhos a partir de uma lógica produtivista que visa a maximização de lucros e resultados. Todavia a agricultura de caráter familiar, quando compreendida como uma categoria de ação social e política, possui suas próprias lógicas de ação e organização da produção e do trabalho, possibilitando uma certa autonomia a essas famílias de produtores, mesmo quando submetidas a contratos de integração. A agricultura familiar segue lógicas próprias, construídas a partir de significados oriundos de crenças, práticas tradicionais, valores morais e éticos, simbologias e sentimentos de identificação e pertencimento particulares (AMARANTE *et al.*, 2017).

Segundo Denardin, Romanini Netto e Schaffrath (2021), o que caracteriza o trabalho familiar são as relações de parentesco e compadrio, possibilitando, dessa maneira, que essa modalidade de trabalho se afaste de um empreendimento capitalista, ou seja, tipicamente baseado no trabalho assalariado. Os autores destacam ainda que respostas diferenciais ao padrão moderno e mercantil serão produzidas a partir das diferentes formas com que essas famílias orientam o trabalho agrícola. Especialmente quando, diante de situações de fragilidade ou vulnerabilidade, essas famílias agem intencionalmente, no sentido de reconquistar o controle e autonomia sobre a produção e reprodução social.

3.6.5 Quanto à mão de obra utilizada pelos agricultores integrados

No processo produtivo da agricultura familiar, a mão de obra utilizada pelos produtores rurais é exercida “majoritariamente” pelos membros da família. Todavia, quando submetida às técnicas e procedimentos da agroindústria de corte, os arranjos familiares deverão se adequar às etapas específicas de uma nova estratégia produtiva.

Na Serra de Santa Quitéria, o agricultor familiar integrado, Geraldo Fernandes de Lima, utiliza majoritariamente mão de obra familiar no manejo de duas granjas de frango de corte. A exceção está no período noturno, quando o produtor rural lança mão da contratação de funcionário externo à família, justamente pela ausência de mão de obra suficiente na propriedade, aumentando, dessa forma, os custos da produção. Já o produtor integrado, Valderi Galdino de Oliveira, também conhecido por “branquinho”, utiliza, em todo o processo produtivo de frango de corte, mão de obra contratada, tendo em vista a ausência de membros suficientes na família.

3.7 Água para beber, plantar e produzir frangos de corte

O município de Coronel Ezequiel está localizado na Mesorregião do Agreste Potiguar e na Microrregião da Borborema Potiguar, encontrando-se totalmente inserido na bacia do rio Trairi, entretanto sendo banhado apenas por cursos d'água secundários e intermitentes, sendo os principais: ao norte, os riachos Baixa da Mesinha, do Covão ou Maravilha, Fechado, Papagaio da Tábua, da Grota, da Cachoeira e do Salgado; ao sul, os riachos da Areia, da Grota da Conceição e do Boi; e ao leste, os riachos do Camelo e das Varas. Dentre os principais corpos de acumulação, estão os açudes: Tábua (1.640.000m³/público), alimentado pelo riacho Papagaio da Tábua, Coronel Ezequiel (100.000m³/público), Mangabinha (1.000.000m³/comunitário) e Santa Catarina (CPRM; PRODEEM, 2005).

Em 2011, o principal reservatório de água do município de Coronel Ezequiel, localizado no sítio Barro Branco, secou. Ele era um açude que estava sob a responsabilidade do governo do estado do Rio Grande do Norte. Atualmente, a água que abastece “apenas a zona urbana” do município é captada a aproximadamente 159 km de distância, mais precisamente no município de São José de Mipibu, na região de Natal, através da adutora de Monsenhor Raimundo.

Agravado pela intensificação das secas dos últimos 10 anos, os pequenos açudes e barreiros existentes na zona rural de Coronel Ezequiel também secaram, restando às famílias de agricultores rurais a utilização de água insalubre dos poucos remanescentes existentes e/ou a compra de carros pipas para a manutenção do consumo e produção, tendo em vista que questões políticas locais acabam inviabilizando o acesso de alguns agricultores aos caminhões pipa da operação exército.

Como destacado anteriormente, tantos os agricultores integrados, quanto os demais necessitam de água para o consumo, manutenção de suas lavouras, produção de frangos e outros animais. Sendo assim, a lógica que acaba imperando na localidade, nesses períodos de grande estiagem, é a da oferta e procura, chegando um carro pipa a custar (principalmente no período de verão) aproximadamente R\$ 180,00 a “carrada”, e R\$ 100,00 no restante do ano. A zona rural do sítio Narciso, localizado no município paraibano de Picuí, é o principal destino dos caminhões pipas à procura de água potável para a venda em Coronel Ezequiel. Os produtores de frango de corte, assim como os criadores de caprinos, suínos e bovinos, são os grandes consumidores de água dessa localidade. Todavia, são justamente os criadores de frango de corte que acabam comprometendo boa parte de seus recursos financeiros com a aquisição desse importante recurso, com a compra, em média, de 10 carros pipa por cada período de engorda de 45 dias (que, por vezes, podem se estender por mais 50 a 60 dias).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se propôs a estudar a agricultura familiar inserida no complexo agroindustrial da cadeia produtiva da avicultura de corte. Tendo como hipótese norteadora central deste trabalho a seguinte questão: “a busca por estabilidade econômica, proporcionada por uma renda fixa, foi o principal elemento responsável pela adoção do sistema integrado por parte dos agricultores familiares?”. A partir de nossa inserção no campo de pesquisa e através da observação participante e das entrevistas semiestruturadas com 20 famílias de agricultores familiares, integrados e desintegrados, pudemos constatar que nossa hipótese estava correta. Não que essa “relativa estabilidade econômica” proporcionada por uma renda fixa represente uma plena satisfação e segurança por parte das famílias de agricultores familiares. O que podemos constatar durante a pesquisa de campo é que, diferentemente do que se acredita, os agricultores integrados possuem plena consciência de sua condição de “assalariamento disfarçado”, assim como das forças que os condicionam à subordinação, todavia as necessidades imperiosas da sobrevivência os levam a aceitar determinadas situações em detrimento de “relativa perda” de sua autonomia.

Esta dissertação não nega a existência de tal assimetria de poder, porém, ao tentarmos compreender, num primeiro olhar, os agricultores familiares da Serra de Santa Quitéria inseridos no sistema agroindustrial a partir de aspectos “estritamente econômicos”, destacam-se, a priori, os elementos relacionados à assimetria de forças, dependência financeira, entre outros. Por outro lado, ao analisarmos esses agricultores familiares como categoria de ação social e política, passamos a admitir a existência de estratégias e lógicas próprias de ação e reprodução social que, a qualquer momento, serão acionadas. O que vale salientar aqui é a capacidade de resiliência dessas famílias que enfrentam, com poucos recursos, as agruras das secas, a pouca efetividade das instituições do Estado e as duras leis do mercado (leis, essas, nulas quando voltadas à livre concorrência da venda direta da produção fruto de seu trabalho, e muito duras quanto à oferta de água em tempos de estiagem).

A pesquisa de campo demonstrou que a ausência de políticas públicas que promovam o acesso a linhas de crédito específicas ao fomento do processo produtivo familiar integrado à cadeia agroindustrial acabou por forçar os produtores rurais a lançar mão de estratégias das mais variadas, ou seja, das migrações temporárias para as indústrias do Sul; da venda de patrimônios rurais e urbanos; dos recursos provindos da agricultura, acumulados por anos de trabalho, cujo objetivo foi a construção de granjas de frango de corte com características próprias de um “modelo quase artesanal”, constatadas a partir de certos elementos: a utilização

de grandes tambores de ferro como fornos improvisados para o fornecimento de calor através da combustão da lenha dos cajueiros mortos (pela ausência de aquecedores elétricos); o uso de ventilação natural nos galpões a partir da inexistência de climatizadores, exaustores e/ou ventiladores; o descarte improvisado dos frangos mortos por razões naturais, em detrimento da devida compostagem dos animais; a utilização de tração animal para as atividades diárias de carga e descarga de ração, na ausência de silos automatizados para o abastecimento de ração, assim como da cama de frango, lenha e demais ferramentas de trabalho.

Dessa forma, os resultados obtidos por este trabalho sugerem que: (1) as agroindústrias instaladas na Serra de Santa Quitéria possuem pouca capacidade financeira para a manutenção e expansão de sua produção, característica, essa, evidenciada pelas sucessivas falências das empresas integradoras anteriores à Bonaves; (2) a produção de frangos de corte surge como um aporte importante na formação da renda dessas famílias, todavia os agricultores familiares compreendidos como categoria de ação social e política possuem suas próprias lógicas de ação e interesses, e irão acionar outras estratégias de sobrevivência e reprodução social, não deixando, dessa maneira, de produzir suas lavouras temporárias de feijão, milho, mandioca e maracujá, assim como a criação de suínos, caprinos e outros galináceos; (3) a intensificação da seca na Microrregião da Borborema Potiguar, especialmente em Coronel Ezequiel, impactou tanto a produção das lavouras temporárias de maracujá, feijão e fava, por parte dos agricultores, quanto o aumento do preço da água e do farelo de milho, elevando os custos da produção de frango; (4) os impactos causados pela pandemia do novo coronavírus (covid-19), associados ao aumento do preço do farelo de milho, afetaram diretamente a renda da agroindústria Bonaves (e, por consequência, dos produtores), com contínuas paralisações da produção de frangos de corte e a incerteza quanto a produções futuras por parte dos agricultores familiares. Vale destacar que proibições por parte da integradora quanto a criações de alguns animais em suas propriedades, atrasos de até duas semanas no pagamento por lote retirado e descumprimentos quanto à entrega de futuras remessas de pintinhos “sugerem” a existência de certa precariedade do trabalho e da renda nessas relações.

Por fim, cabe frisar que esta dissertação não encerra o tema aqui tratado, ficando o desafio proposto a pesquisas futuras que busquem respostas que não foram preenchidas por este trabalho, tal como a real quantidade e capacidade produtiva das agroindústrias instaladas na Mesorregião do Agreste Potiguar e na Microrregião da Borborema Potiguar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar**. [Entrevista concedida ao Grupo de Interesse de Pesquisa em Agricultura familiar e Meio ambiente – GIPAF], São Paulo, 08 out. 2010. Disponível em: <https://ricardoabramovay.com/2010/10/entrevistas-agricultura-familiar/>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- AMARAL, L.S. *et al.* O papel das Cadeias Curtas de Comercialização na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino: o caso da Central de Comercialização da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (CECAFES). **Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens** Vol. 55, p. 494-516, dez. 2020.
- AMARANTE, M. V. *et al.* **As lógicas dos produtores invisíveis: significados culturais na produção agrícola familiar**. REAd Porto Alegre – Vol. 23 – Nº 3 – Set / Dez 2017 – p. 92-115.
- ANJOS, F.S; C, Becker. Agricultura familiar e Mercados Institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 92-101, 2014.
- AVICULTURA INDUSTRIAL. **Avicultura do Nordeste cresce, mas faltam grãos**. <https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/avicultura-do-nordeste-cresce-mas-faltam-graos>. Disponível em: <06 de fevereiro de 2020. /20200206-120717-1728#:~:text=A%20avicultura%20de%20postura%20tem,com%20210%20milh%C3%B5es%20de%20d%C3%BAzias>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- AVICULTURADONORDESTE. **Projeto quer tornar o nordeste brasileiro autossuficiente na produção de milho**. Disponível em: <<https://aviculturadonordeste.com.br/projeto-quer-tornar-o-nordeste-brasileiro-autossuficiente-na-producao-de-milho/>>. Acesso em: 16 jul.2021.
- AVISUD-Associação de Avicultores quer anistia. **Jornal de Beltrão**, Francisco Beltrão 10 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.jornaldebeltrao.com.br/noticia/274761/associacao-de-avicultores-quer-anistia>> Acesso em: 18 nov. 2020.
- BELTRÃO, B. A., DUNALDSON, E.G.A. R; MASCARENHAS, J. C., SOUZA JUNIOR, L. C., PIRES, S.T.M.; CARVALHO, V.G.D. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Rio Grande do Norte**: Relatório diagnóstico do município de Coronel Ezequiel. 2005.
- BEZERRA, F. J. A. [*et al.*], organizadores. **Perfil socioeconômico do Rio Grande do Norte** – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.
- BONZA, A. L. B.; TORRES, E. J. M.; ZANELLA, F. C. Condicionantes e diversidade de estratégias entre agricultores familiares no Noroeste do Rio Grande Do Sul. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 38, n. 2, jul-dez/2018.
- BORGES, J.R.P; SILVA, D.V. As feiras-livres da agricultura familiar em Arapiraca, Alagoas, Brasil. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 40, n. 1, p. 84-101, 3 dez. 2020.
- BRASIL. Lei n. 11.947, de 16/06/2009: **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília-DF. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2478043>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010. **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER**, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. [2010]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003. **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e da outra providências**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

BRASIL, D.F; BARBOSA, J.A.D.B. A avicultura e a ambiência na região Nordeste do Brasil. **Jornal Dia de Campo**, 2012. Disponível em: <<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?secao=Colunas%20e%20Artigos&id=26143>>. Acesso em: 15 març. 2020.

BRF. **Relatório Anual e de Sustentabilidade 2018**. São Paulo, 2018.

BRUNO, R. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil Estudos Sociedade e Agricultura. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 24, núm. 1, abr/set, 2016, pp. 142-1.

BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A. R. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.

BURITI, M. M. S; SILVA, A.B. Da subordinação do camponês à sujeição da agricultura familiar no agronegócio da avicultura de corte. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 12, n. 28, p. 75-93, dez., 2017.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Garantia-Safra**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/area-rural/garantia-safra/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CANIELLO, M; CANIELLO, N; MELO, W. J. L. Compras governamentais de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar no Território Rural do Seridó Paraibano. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v.36, n. 2, jul-dez/2016.

CAPPELLE, M. C. A. *et al.* O Pronaf e as racionalidades da agricultura familiar. **Estudos, Sociedade e Agricultura** (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro, v. 24, n.1, abr. 2016.

CLEPS JUNIOR, J; RIBEIRO, R. M. Movimentos sociais rurais e a luta política frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio no BRASIL. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 6, n. 11, p. 75-112, fev., 2011.

COOPEAVI. Nordeste pode triplicar sua produção avícola, diz estudo. Disponível em: <<http://coopeavi.coop.br/?noticias/3/1749/Nordeste-pode-triplicar-sua-producao-avicola--diz-estudo>> Acesso em: 16 jul. 2021.

COSTA, M. C. C. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1987.

COSTA, S. (coord.); FERREIRA, M. **A saga da avicultura brasileira**: como o Brasil se tornou o maior exportador mundial de frango. Rio de Janeiro: Insight; São Paulo: UBABEF, 2011. p. 8. Disponível em <http://www.insightnet.com.br/publica/LIVRO_A%20saga%20do%20frango_site.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018.

DENARDIN, V. F.; ROMANINI NETTO, R.; SCHAFFRATH, V. R. Modernização, mercantilização e olericultura: o protagonismo do trabalho familiar. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 41, n. 1, jan/jun. 2021.

FACCIN, A. C. T. M.; LIMA, F. **O processo de reestruturação da avicultura no Mato Grosso do Sul**: a relação entre as empresas JBS e BRF e os produtores integrados. Geosul, Florianópolis, v. 34, n. 71- Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 197-212, abril. 2019.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

FERNANDES FILHO, J.F. Transformações recentes no modelo de integração na avicultura de corte brasileira: explicações e impactos. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 35, nº 1, jan-mar. 2004.

GRISA, C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar No Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 38, n. 1, jan-jun/2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural-RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014.

HESPANHOL, R. A. M.; SILVA, J. M. **As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (Go)**. UNESP, Presidente Prudente, SP, 2016.

IBGE. **Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017**. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>>. Acesso em: 17 fev.2020.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rã/coronel-ezequiel/panorama>>. Acesso em: 09 out. 2020.

IBGE. **Sistema de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2018>>. Acesso em: 14 out. 2020.

MARQUES, P. E. M. Concepções em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 22, n. 2, p. 16-28, 13 dez. 2004.

MIRANDA, R. S.; SILVA, M. P. N. S. E; FERREIRA, L. T. Políticas públicas e o fortalecimento da agricultura familiar no Sertão Paraibano. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 39, n. 1, p. 199-217, 13 jun. 2019.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H. **Agricultura Familiar**: categoria teórica e/ou de ação política. FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 907-918, nov- dez/2006.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; FREITAS, M. N. Pesquisa e Agricultura Familiar: contribuição para o debate. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, vol. 26, n. ° 1 e 2, p. 128–139, jan-dez/2007.

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (Orgs.). **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002.

NIEDERLE, P.A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural-RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S009-S024, 2014.

OLIVEIRA, A. L. A.; OLIVEIRA, L. P. A. **Agricultura familiar, desenvolvimento rural e as políticas públicas de preservação da natureza**: reflexões sobre o Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012). *RAF*.v.12, n° 02 / jul-dez 2018 Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/5529/5553>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

OLIVEIRA, A. A. P; NOGUEIRA FILHO, A; EVANGELISTA, F. R. **A avicultura industrial no Nordeste: aspectos econômicos e organizacionais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 160p. (Série Documentos do ETENE, n. 23), 2008.

RAMBO, J. R.; COSTA, S. M. DE A. L.; LAFORGA, G. Aspectos inovativos presentes nas atuais políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar brasileira. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 36, n. 2, p. 118-132, 13 dez. 2016.

REVISTADOAVISITE. **O primeiro semestre da avicultura**: mercado, estatísticas e os últimos números do setor em um balanço especial. Julho de 2020 - n° 31. Disponível em: <https://issuu.com/mundoagroeditora/docs/revista_do_avisite_-_edi_o_131>. Acesso em: 25 ago. 2020.

REVISTA DIGITAL. **Nordeste aumenta produção avícola com tecnologia**. Disponível em: <<https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/nordeste-aumenta-producao-avicola-com-tecnologia/20131220-103919-d791>>. Acesso em: 11 out. 2018.

SABOURIN; E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751.set-dez/2007.

SANTOS, D.M.; ARAÚJO, N.A. Mobilização, reconhecimento identitário e o acesso a políticas públicas pela Comunidade Quilombola Alagadiço no município de Juazeiro-BA. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 40, n. 1, p. 1-23, 3 dez. 2020.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar** / Sergio Schneider. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TEIXEIRA, O. A.; TONNEAU, J. P. Políticas públicas e apoio institucional à agricultura familiar no Brasil: agroecologia e estratégias de desenvolvimento rural. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 21, n.2, jul-dez/2002.

VOLPI, G. C. **DIVISÃO SOCIAL E DEFINIÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS NO MEIO RURAL – CAMPESINATO, PROLETARIADO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE CONCHAS-SP**. 2007. 205f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. **O Camponês: um trabalhador para o capital.** Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, v.2, n.1, jan-abr/1985.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIROS DE QUESTÕES DAS ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
LABORATÓRIO DE SOCIOLOGIA APLICADA

Projeto de Pesquisa

O sistema integrado na cultura do frango de corte na agricultura familiar em Coronel Ezequiel, RN: características e relações de poder

ROTEIRO DE QUESTÕES GERAIS

Número identificador: _____

Entrevistado: _____

AGRICULTORES FAMILIARES NÃO INTEGRADOS, INTEGRADOS E DESINTEGRADOS

1. Perfil socioeconômico das famílias:

| Nome | Idade | Cor | Sexo | Escolaridade | Posição na família | Integrado | Não Integrado |
|------|-------|-----|------|--------------|--------------------|-----------|---------------|
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

2. Renda da família:

- a) Menor que 1 salário mínimo
- b) 1 salário mínimo
- c) Maior que 1 salário mínimo

3. Tem acesso a programas sociais?

- a) Programa Bolsa família
- b) Seguro Safra
- c) Bolsa escola
- d) Outros: _____

4. Caracterização da propriedade rural:

Tamanho da propriedade: _____

5. Quanto a posse da terra:

- a) Proprietário
- a) Arrendatário
- b) Parceiro
- c) Usucapião
- d) Outros: _____

6. Quanto a mão de obra utilizada:

- a) Totalmente familiar
- b) Parcialmente familiar
- c) Outros: _____

7. Como se dá o acesso à água para o consumo e produção (frangos de corte, agricultura)?

- a) Açude na propriedade
- b) Compra de terceiros
- c) Operação carro pipa do exército.
- d) Outros: _____

8. Caso a resposta seja a alternativa (b), de onde é comprada a água?

- a) De açudes no próprio município
- b) De açudes em outros municípios

9. Alguém na família pratica outras atividades não agrícolas dentro ou fora da propriedade rural? Quais?

- a) Sim: _____
- b) Não

10. Quais lavouras vocês cultivam na propriedade? Pode assinalar mais que uma.

- a) Feijão
- b) Milho
- c) Macaxeira
- d) Maracujá
- e) Outros: _____

11. A família possui criação de outros animais na propriedade?

- a) Porcos
- b) Galináceos
- c) Peixes
- d) Outros: _____

12. Você é sindicalizado e/ou participa de alguma associação de produtores rurais?

13. Como conheceu e por que a família não aderiu a parceria integrada para a produção de frangos? (Não integrados)

ROTEIRO DE QUESTÕES ESPECÍFICAS

AGRICULTORES INTEGRADOS

14. Como conheceu e por que a família aderiu a parceria integrada para a produção de frangos?
15. Há quanto tempo a família produz frangos de forma integrada?
16. De que maneira obteve os recursos para a construção das granjas?
 - a) Recursos próprios
 - b) Empréstimo bancário
 - c) Empréstimo familiar
 - d) Venda de patrimônio
 - e) Outros: _____
17. Vocês possuem contrato assinado, ou a parceria é verbal?
 - a) Contrato assinado
 - b) Verbal
18. Vocês têm obrigações quanto à cumprimentos de prazos e metas na produção de frangos? Quais?
 - a) Nenhuma
 - b) Algumas
 - c) Muitas
 - d) Outros: _____
19. Estão satisfeitos com a parceria realizada para a produção de frangos?
 - a) Nada satisfeito
 - b) Pouco satisfeito
 - c) Muito satisfeito
 - d) Outros: _____
20. Quanto aos valores pagos pela integradora, são:
 - a) Baixos
 - b) Médios
 - c) Altos
 - d) Outros: _____
21. Quais desses equipamentos vocês possuem em sua granja?
 - a) Exaustores
 - b) Aquecedores elétricos
 - c) Climatizadores
 - d) Silos
 - e) Outros: _____

22. Como é realizado o descarte de frangos mortos?

- a) Numa composteira apropriada
- b) Descartados na propriedade
- c) Outros: _____

23. Vocês desejam trabalhar com outras culturas integradas? Quais?

- a) Tabaco
- b) Uvas
- c) Perus
- d) Peixes
- e) Outros: _____

ROTEIRO DE QUESTÕES ESPECÍFICAS

AGRICULTORES DESINTEGRADOS

24. Como conheceu e por que a família aderiu a parceria integrada para a produção de frangos?

25. De que maneira obteve os recursos para a construção das granjas?

26. Por quanto tempo a família produziu frangos de forma integrada?

27. Qual o motivo da desistência do contrato de parceria integrada?

28. Pretende retornar à parceria no futuro?

29. Quais as vantagens e desvantagens que a família encontrou durante a integração?

30. Antes da produção de frangos de corte, o que a família produzia? E qual a principal atividade econômica da família atualmente?

APÊNDICI B – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA PESQUISA DE CAMPO

Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coronel Ezequiel-RN



Fonte: Arquivo próprio

Casa de farinha da Serra de Santa Quitéria



Fonte: Arquivo próprio

Cisternas Públicas da Serra de Santa Quitéria



Fonte: Arquivo próprio

Igrejas católica e neopentecostal de Serra de Santa Quitéria



Fonte: Arquivo próprio.

Escola municipal Maria de Lina – Serra de Santa Quitéria



Fonte: Arquivo próprio.

Posto de saúde – Serra de Santa Quitéria



Fonte: Arquivo próprio

Compra direta de alimentos – Secretaria Municipal de Agricultura de Coronel Ezequiel



Fonte: Arquivo próprio.

Feira de Coronel Ezequiel



Fonte: Arquivo próprio.

Praça central de Coronel Ezequiel



Fonte: Arquivo próprio.

Lenha para a queima nos latões



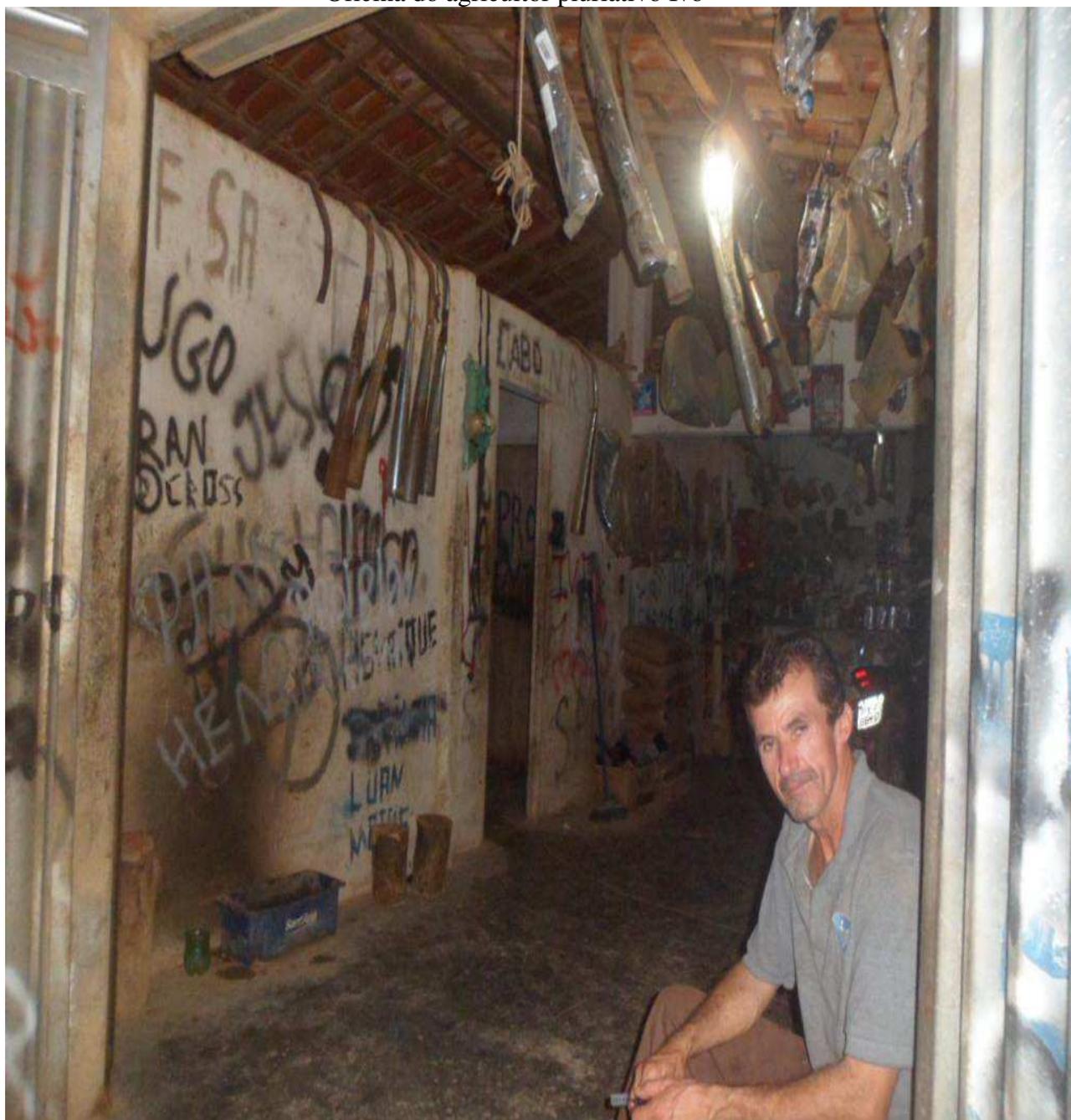
Fonte: Arquivo próprio.

Latões de ferro para a produção de calor



Fonte: Arquivo próprio.

Oficina do agricultor pluriativo Ivo



Fonte: Arquivo próprio

Seu Caboclo, um dos pioneiros na agricultura familiar na Serra de Santa Quitéria



Fonte: Arquivo próprio.